

LARISSA SELHORST SEIXAS

**SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA: AS IDÉIAS FEMINISTAS DE MARIANA
COELHO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

**Monografia apresentada no Curso de Graduação
de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e
Artes, na Universidade Federal do Paraná, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel e Licenciado em História.**

Orientadora: Prof.^a Ana Paula Vosne Martins

CURITIBA

2006

AGRADECIMENTOS

É estranho e bom chegar ao fim dessa etapa. Em todos estes anos, são muitas as pessoas que mereciam estar neste agradecimento.

Agradeço a Professora Ana Paula, presente em todos os momentos da minha graduação, que me orientou sempre de maneira inteligente e amigável e me sugeriu o tema deste trabalho.

Agradeço a todas as minhas amigas e amigos, que dividem comigo a cerveja, as idéias e as risadas. Especialmente, quero agradecer a Naiara, por ter aceitado fazer aquele trabalho comigo, porque sem dúvida sua amizade foi uma das maiores aquisições desses anos.

Agradeço também aos colegas do PET, que fizeram parte de alguns dos melhores momentos dentro e fora da Universidade.

Agradeço ao Adriano, meu querido, o maior ouvinte e companheiro para todas as discussões acadêmicas e não-acadêmicas, mesmo que ele insista demais que eu deveria ler Bourdieu.

Agradeço e dedico este trabalho a minha mãe, que apesar da inteligência e da vontade, nunca pôde entrar numa Universidade. Isto também é por ela.

*Não vemos as coisas como elas são,
mas como nós somos.*

Anais Nin

SUMÁRIO

RESUMO.....	v
INTRODUÇÃO.....	1
1 A VIDA DAS MULHERES NO FIM DO SÉCULO XIX E COMEÇO DO SÉCULO XX..	6
1.1 As mulheres brasileiras no fim do século XIX e começo do século XX.....	7
1.2 Educação e trabalho das mulheres.....	9
1.3 Intelectuais mulheres e a escrita feminina do período.....	16
2 OS DEBATES SOBRE A MULHER E O FEMINISMO.....	21
2.1 Histórico do feminismo brasileiro.....	21
2.2 Curitiba no começo do século XX.....	31
2.3 O debate sobre o feminismo em Curitiba.....	36
2.4 Mariana Coelho: uma feminista em Curitiba.....	40
3 O PENSAMENTO DA FEMINISTA MARIANA COELHO.....	45
3.1 As principais idéias de Mariana Coelho.....	45
3.2 Reflexos do pensamento intelectual brasileiro em Mariana Coelho.....	51
3.3 Feminismo e civismo.....	53
3.4 Educação e trabalho das mulheres.....	57
3.5 As instituições e a mulher – ciência, arte, literatura, imprensa, religião.....	59
3.6 As manifestações do amor e as mulheres.....	61
CONCLUSÃO.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	68

RESUMO

Considerando a relevância dos movimentos de mulheres que emergem no Brasil na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, almeja-se obter uma compreensão mais aprofundada dos mesmos, inserindo a figura de Mariana Coelho num quadro nacional. Para tanto, ambicionamos apreender o desenvolvimento do pensamento feminista desta intelectual levando em consideração os seguintes aspectos: sua biografia, sua vivência em Curitiba, seu contato com outros ideários - feministas ou não -, sua relação com o movimento feminista brasileiro de fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, sua posição enquanto intelectual mulher. Tendo como fontes o livro *A evolução do feminismo: subsídios para a sua história* e cinco artigos selecionados da imprensa curitibana, da autoria de Mariana Coelho, busca-se analisar suas idéias e compreender de uma forma mais ampla o período da Primeira República no Brasil, quando a intelectualidade colocava-se como uma das principais responsáveis pela construção da verdadeira nação.

Sendo assim, torna-se necessário, num primeiro momento, compreender a situação em que se encontravam as mulheres no período em questão, buscando apreender quais eram as possibilidades dadas a elas no que se refere à educação e ao trabalho remunerado. Desta maneira, podemos entender também o modo pelo qual as mulheres eram representadas no imaginário daquele período, e de que maneira algumas delas - como as escritoras que alcançaram um lugar no campo literário - conseguiram transpor inúmeros obstáculos para receberem algum reconhecimento no mundo dos homens.

Num segundo momento, é importante vislumbrar as principais manifestações do feminismo brasileiro, apontando seus desdobramentos e idéias mais relevantes, no intuito de evidenciar a relação direta de Mariana Coelho com tal movimento. Ao mesmo tempo, busca-se dar um vislumbre da situação destas discussões na cidade de Curitiba, cidade esta que ainda era de reduzidas proporções e de relativa importância no cenário cultural do país.

Por fim, são analisadas as fontes propriamente ditas, tanto as da imprensa como o ensaio, com a intenção de perceber quais eram as idéias de Coelho e de que maneira ela fazia parte de um pensamento feminista mais amplo, partilhando muitas de suas concepções. Mariana Coelho foi, de fato, uma das mais importantes intelectuais do feminismo brasileiro do período, e a análise de seus escritos possibilita o acesso a um amplo quadro de discussões partilhado não somente pelas mulheres, mas também pelas elites do período da Primeira República.

INTRODUÇÃO

Partindo de dois conjuntos de fontes – o livro *A evolução do feminismo: subsídios para sua história* e cinco artigos publicados em periódicos curitibanos, da autoria de Mariana Coelho –, tem-se a intenção de vislumbrar de uma maneira mais abrangente o desenvolvimento das idéias feministas no Brasil, especialmente nas três primeiras décadas do século XX, inserindo esta pensadora no lugar que lhe é devido em face da importância de seus escritos.

Neste sentido, torna-se necessário entender o desenvolvimento do pensamento feminista desta intelectual levando em consideração os seguintes aspectos: sua biografia, sua vivência em Curitiba, seu contato com outros ideários - feministas ou não -, sua relação com o movimento feminista brasileiro de fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, sua posição enquanto intelectual.

A problemática de nossa pesquisa centra-se, pois, na tentativa de obter uma compreensão diversificada deste momento da História do Brasil comumente denominado de Primeira República, partindo, para tanto, das idéias e debates promovidos por uma mulher que pode ser considerada figura ativa da intelectualidade deste período. Ao mesmo tempo, procuramos desconstruir a noção de um feminismo sufragista exclusivo dos grandes centros, buscando mostrar que tal movimento possuía, na realidade, manifestações em outras cidades, embora mantivesse sempre o mesmo objetivo: a luta pela emancipação e elevação social das mulheres.

A feminista que estudamos – Mariana Coelho – foi uma figura de grande importância dentro do feminismo brasileiro das primeiras décadas do século XX. Ela foi, possivelmente, a primeira mulher a empreender uma obra de tamanha amplitude tal qual foi seu livro, *A evolução do feminismo: subsídios para a sua história*, onde ela procurou traçar um quadro até então pouco conhecido deste movimento.¹ Ainda que ela fosse originária de Portugal, migrou ainda jovem para Curitiba, participando ativamente do mundo intelectual que então se desenvolvia nesta cidade. Como outras pensadoras, escreveu inúmeros artigos para a imprensa, procurando divulgar as idéias de direitos iguais e de emancipação feminina. Contudo, foi através de seu ensaio *A evolução do feminismo*, publicado pela primeira vez em 1933, que ela se destacou enquanto grande nome do feminismo brasileiro, demonstrando toda

¹ COELHO, Mariana. **A evolução do feminismo**: subsídios para a sua história. 2ª edição. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

sua erudição e seu profundo conhecimento da situação desse movimento no nível mundial. Neste livro, a autora procurou delinear a atuação das mulheres nas mais diversas sociedades, tanto no que se refere ao mundo do trabalho, da política, das ciências e das artes, quanto no que diz respeito ao movimento feminista em si.

O tema desta pesquisa insere-se no campo dos estudos de gênero e, mais especificamente, da História das Mulheres. Desde a década de 1970, quando ocorreu o surgimento de uma gama de novos temas e abordagens nos estudos da disciplina histórica, os estudos de gênero ganharam mais e mais espaço na academia, colocando questões até então relegadas pelos quadros da história tradicional, tal como os estudos sobre as mulheres, sobre a sexualidade e sobre o corpo. Dentro dos estudos de gênero, as pesquisas relativas à história do feminismo já podem ser consideradas tradicionais. No Brasil, temos importantes trabalhos desde meados da década de 1970, como o pioneiro trabalho de Heleieth Saffiotti, *A mulher na sociedade de classes*,² e, já na década de 1980, o clássico livro de Branca Moreira Alves, *Ideologia e Feminismo*.³ Desde então, inúmeras teses foram publicadas, não apenas tratando do feminismo, mas também enfocando novas temáticas, tendo sempre como fio condutor a noção das relações de gênero.

Apesar disso, o feminismo focado nas pesquisas de Saffiotti e Alves foi, majoritariamente, aquele que se desenvolveu nos grandes centros, principalmente no Rio de Janeiro, durante as décadas de 1920 e 1930. As cidades mais periféricas do país - como Curitiba - foram quase sempre deixadas de lado frente o movimento feminista mais visível da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), de Bertha Lutz. De fato, foi esta a movimentação mais importante e eficaz no que se refere ao feminismo brasileiro, já que suas campanhas de mais de duas décadas auxiliaram na aquisição do direito ao voto pelas mulheres. Entretanto, assim como não se pode atribuir ao movimento sufragista a total responsabilidade pela concessão do voto – pois outros fatores do quadro político-social brasileiro apontavam então para a inevitabilidade do alargamento do voto e, por sua vez, da própria noção de República -, ao mesmo tempo, não se pode restringir um movimento de tamanha relevância como foi o feminismo às obras da FBPF.

² SAFFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

³ ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980.

É importante notar que foram desenvolvidos, nos últimos anos, alguns importantes trabalhos que visam resgatar esse “feminismo periférico”⁴ e, dentre eles, alguns sobre Mariana Coelho, tais como a monografia de Monia Silvestrin⁵ e a tese de doutorado de Rosana Cássia Kamita.⁶ O primeiro trabalho enfoca a discussão sobre o intelectual a partir de textos de Mariana Coelho encontrados na imprensa curitibana, numa abordagem histórica; já o segundo trabalho abrangeu quase toda a obra de Coelho, que inclui livros e publicações sobre os mais variados temas, e não somente sobre o feminismo – que é o nosso enfoque –, além de ser uma pesquisa realizada na área de Letras.

Já foi bastante discutido pela historiografia brasileira que, no período abarcado por esta pesquisa, a principal questão em torno do qual giravam os debates do mundo intelectual era a necessidade de construção de uma identidade nacional – coesa, forte, baseada nos moldes das civilizações européias. Neste sentido, considerando que Coelho era uma figura de destaque entre os intelectuais curitibanos e brasileiros, é possível constatar sua participação efetiva nestes círculos de discussão e, ao mesmo tempo, percebe-se que ela partilhava deste ideário republicano tão em voga no país. Apesar disso, não se deve perder de vista a especificidade de sua atuação enquanto uma intelectual assumidamente feminista, o que a levou a empreender, ao mesmo tempo, inúmeros debates sobre a questão das mulheres no seio da intelectualidade de Curitiba.

Faz-se necessário afirmar, ainda, que somente a partir do século XX surgiram intelectuais do sexo feminino e, embora não em todos os casos, a maior parte delas construiu sua figura pública através do feminismo, ou seja, através de reivindicações de direitos para as mulheres e de mudanças em seu status social. Houve, também, algumas que enveredaram pelo mundo literário, mesmo que freqüentemente utilizando aquela escrita de tom mais intimista e sentimental, como são a poesia e os textos epistolares. Poucas se atreveram a adentrar o vedado mundo da literatura, e menos ainda através da escrita ensaística – como fez Coelho – por ser um modo de expressar idéias e críticas de maneira direta e contundente.

Embora já no século XIX tenham ocorrido algumas modificações no quadro de subordinação e inferioridade das mulheres no Brasil, é somente no século XX que tem lugar a construção de um novo papel para as mulheres, em face das inexoráveis mudanças no que se

⁴ A Editora Mulheres, de Florianópolis/SC, tem feito esforços relevantes neste sentido, já que vem publicando inúmeras obras e teses que procuram resgatar o passado tanto de feministas como de outras mulheres de destaque, no intuito de contribuir para a construção de uma verdadeira História das Mulheres.

⁵ SILVESTLIN, Monia L. **Do bom uso da palavra**: o intelectual na obra de Marianna Coelho. Monografia de bacharelado em História, pela Universidade Federal do Paraná, 2000.

⁶ KAMITA, Rosana Cássia. **Resgates e ressonâncias**: Mariana Coelho. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2005.

refere à economia e à política do mundo urbano-industrial, sem falar da relevância do desenvolvimento de um pensamento intelectual nacional, ligado intrinsecamente com a formação das instituições de ensino superior. É necessário, contudo, afirmar desde já que tal papel, embora superasse muitas das restrições e limites tradicionalmente impostos à mulher, mostrava-se ainda tímido e pouco ambicioso, ainda muito pautado pelas condições de mãe e esposa.

A partir da metade do século XIX já é possível apreender uma pequena, mas decisiva agitação entre uma parcela de mulheres das classes altas dos centros urbanos, que tendo recebido algum verniz de educação formal, passaram a questionar sua posição na sociedade, o que acabou levando algumas delas a formar um movimento reivindicatório para lutar pelos direitos das mulheres. O principal espaço conquistado para o debate sobre sua posição no mundo foi, sem dúvida, a imprensa, sendo que as reivindicações que ocupavam um lugar central eram aquelas referentes às questões da educação e do trabalho, bem como aos direitos políticos.

Ao nos aproximarmos de uma figura como Mariana Coelho, temos acesso a um amplo quadro de discussões partilhado pelas elites do período da Primeira República, sem perder de vista que o essencial é a compreensão da especificidade do pensamento feminista. Assim sendo, visa-se inserir esta pensadora em um grupo mais amplo de mulheres que, a partir de diversas cidades, constituíram o feminismo brasileiro do começo do século XX.

Embora não se possa falar propriamente de feminismo em Curitiba nesse período, algumas pessoas mostravam que estavam a par das discussões existentes tanto no nível nacional quanto internacional. Uma das principais representantes deste pensamento foi, obviamente, Mariana Coelho, intelectual extremamente ativa no meio cultural e literário da cidade, participando das principais discussões do momento, especialmente através de seus escritos na imprensa.

Colocadas estas questões, este trabalho se apresenta dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, procuramos demonstrar como era a situação da mulher brasileira em fins do século XIX e começo do século XX, especialmente no que se refere às condições de educação e de trabalho. Ainda neste capítulo, buscamos apresentar um pouco do imaginário a respeito da mulher, e de como as mudanças que tiveram lugar na sociedade brasileira contribuíram para o surgimento das intelectuais mulheres, que foram as primeiras a reivindicar os direitos e a elevação do status social do sexo feminino. No segundo capítulo, apresentamos um quadro geral do feminismo brasileiro, apontando seus principais desdobramentos e as idéias mais

relevantes, no intuito de evidenciar a relação direta de Mariana Coelho com tal movimento. Ao mesmo tempo, buscamos dar um vislumbre da situação dessas discussões na cidade de Curitiba, cidade esta que ainda era de reduzidas proporções e relativa importância no cenário cultural do país. Ainda neste capítulo, introduzimos Mariana Coelho, dando algumas informações a respeito de sua biografia. Por fim, no terceiro capítulo, são analisadas as fontes propriamente ditas, tanto as da imprensa como seu ensaio, com a intenção de perceber quais eram as idéias de Coelho e de que maneira ela fazia parte do pensamento feminista brasileiro do começo do século XX, partilhando muitas de suas concepções e princípios.

1 A VIDA DAS MULHERES NO FIM DO SÉCULO XIX E COMEÇO DO SÉCULO XX

No intuito de contextualizar o período que vai do final do século XIX até meados da década de 1930, este capítulo tem a intenção de apresentar a história das mulheres brasileiras num sentido amplo, procurando clarificar como eram suas vidas e quais eram suas possibilidades no que se refere à educação formal, ao trabalho remunerado e à produção intelectual no período. De fato, esta foi uma época de profundas modificações na posição das mulheres dentro da sociedade brasileira, onde sua inserção no espaço público passou a ser cada vez mais intensa.

Depois de mais de vinte anos de pesquisas nos quadros das ciências humanas, a bibliografia que trata da vida das mulheres nesse período é considerável. Sendo assim, foi necessário selecionar alguns trabalhos, que foram escolhidos por critérios diversificados. O primeiro deles, *Ideologia e Feminismo* de Branca Moreira Alves, publicado em 1980, foi uma das pesquisas pioneiras a respeito do feminismo do começo do século XX, discorrendo também sobre a situação das mulheres no período. Obra de valor inestimável, inaugurou a historiografia feminista no Brasil e é referenciada por todos os estudos que a sucederam.

Ainda da década de 1980, os trabalhos de June E. Hahner e de Sonia Fonseca Lino são esforços significativos para a reconstrução do percurso traçado pelas feministas brasileiras do começo do século XX, acrescentando muito ao que já havia sido feito por Branca Moreira Alves. Mais recente, o livro de Susan K. Besse é o resultado da pesquisa mais extensa já realizada a respeito do tema, e a autora faz considerações extremamente pertinentes a respeito da remodelação das ideologias de gênero que teve lugar no Brasil deste período, tratando também dos feminismos e antifeminismos numa abordagem aprofundada e instigante.

É bastante extensa a produção historiográfica a respeito dos intelectuais brasileiros nos períodos da Primeira República e do Estado Novo. Sobre a intelectualidade feminina, contudo, os trabalhos são em número muito menor, por ser este um tema colocado em pauta recentemente no Brasil. Sendo assim, utilizamos alguns interessantes textos sobre o papel dos intelectuais dentro dos sistemas políticos brasileiros do começo do século XX, como os de Mônica Pimenta Velloso e Lucia Luppi de Oliveira. Tratando especificamente das intelectuais do sexo feminino, as pesquisas de Márcia Barreiros Leite e Cleusa Gomes da Silva, que enfocam a produção escrita de mulheres em diferentes regiões do Brasil, contribuíram em muito para nossa discussão sobre a construção desta intelectualidade feminina, intimamente ligada ao desenvolvimento do feminismo enquanto ideário social e movimento político.

Este capítulo tem a intenção, portanto, de evidenciar as condições que propiciaram o desenvolvimento do feminismo e das discussões relativas à emancipação feminina no Brasil. Tendo sido também um resultado das mudanças significativas que vinham ocorrendo na sociedade brasileira desde a metade do século XIX, o feminismo contribuiu significativamente para a ampliação dos espaços de atuação das mulheres, numa via de mão dupla que teve como produto feministas como Mariana Coelho.

1.1 As mulheres brasileiras no fim do século XIX e começo do século XX

Já nas últimas décadas do século XIX, tiveram lugar algumas importantes modificações no quadro de subordinação e inferioridade a que as mulheres eram submetidas no Brasil. Em face de significativas mudanças no que se refere à economia e à política do mundo urbano-industrial, as mulheres, especialmente aquelas que provinham das classes média e alta, viram-se cada vez com maior frequência inseridas na esfera pública, como consumidoras, estudantes, profissionais, ou responsáveis por organizações voltadas para os mais diferentes fins.⁷ Foi no mesmo contexto que surgiram os primeiros grupos feministas, que procuravam demonstrar sua insatisfação com o *status quo* e questionar as definições tradicionais da natureza feminina.

Neste mesmo período, e ainda com maior força no correr do século XX, o desenvolvimento de um pensamento nacional, pautado pelos objetivos do progresso, da racionalidade e da busca pela ordem, aliado ao citado processo de urbanização e industrialização, influenciaram de maneira inegável o modo como as questões relativas à mulher eram tratadas. Apesar da influência transformadora de modernas teorias científicas e filosóficas, esse novo papel desempenhado por algumas mulheres, que superava algumas das restrições e limites tradicionalmente impostos a elas, mostrava-se ainda bastante tímido, pautado pela percepção da mulher enquanto um ser com funções claramente definidas, relativas ao cuidado com o lar e a maternidade.

O discurso de emancipação das mulheres, que crescia entre as representantes do sexo feminino advindas da elite e da classe média ascendente era motivo de inquietação para a maioria dos homens, que temiam o colapso das hierarquias e da tradicional divisão do trabalho. Entretanto, muitas mulheres enfrentaram a oposição que vinha dos homens,

⁷ BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**: Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 2.

proclamando sua autonomia de pensamento e seu direito a uma educação equivalente a deles, que pudesse lhes proporcionar maiores possibilidades de ascensão profissional e, mesmo, status social e intelectual.

Com a ascensão de Vargas em 1930 e com a intervenção cada vez mais direta do Estado nas questões relacionadas à família e ao papel da mulher na sociedade, o que parecia ser ares de transformação na sociedade brasileira, acaba perdendo espaço em face de um complexo e redefinido sistema de gêneros.⁸ Como nos diz Besse, o estado varguista empreendeu um verdadeiro projeto ideológico que visava o desenvolvimento econômico e a estabilidade social, e, sendo assim, procurava conciliar as diferentes demandas, fosse dos empregadores - pela mão-de-obra feminina, mais barata e menos exigente em termos de status -, fosse das mulheres - que reivindicavam igualdade de direitos e de oportunidades -, fosse ainda da sociedade de uma forma geral - com sua necessidade de utilizar a família para a reprodução da ordem social.

É importante frisar que esta reelaboração do sistema de gênero fazia parte de um projeto mais amplo de modernização do país, que não permitia transformações drásticas nas tradicionais hierarquias de gênero ou classe e precisava manter os homens a salvo de qualquer ameaça que as mulheres “modernas” poderiam vir a representar, fosse no campo profissional, intelectual ou político. Este processo, entretanto, atingiu de maneiras diversas mulheres de diferentes classes sociais. Enquanto as mulheres das classes alta e média obtiveram novas oportunidades de educação e de emprego remunerado, alcançando, inclusive, maior poder perante seus maridos, as mulheres das classes baixas - que vinham desempenhando atividades fora do lar muito antes do século XX - tornaram-se alvo de políticas de controle – higienização, medicalização, caridade –, ao mesmo tempo em que seu trabalho passou a ser visto como um mal que colocava em risco a estabilidade da família nuclear e da própria ordem social.

Dentre as medidas levadas a cabo pelo Estado, a principal parece ter sido o reforço do discurso da fragilidade feminina, um estereótipo que reforçava a subordinação das mulheres e a sua manutenção no restrito ambiente do lar, garantindo a realização do trabalho doméstico por elas, ao mesmo tempo em que impunha o modelo de família nuclear burguesa.

Embora na década de 1930 tenha sido aprovado o voto feminino, em parte como resultado da pressão de grupos feministas oriundos das classes elevadas, tal conquista não resultou em mudanças significativas para a totalidade das mulheres, já que a restrição do voto

⁸ Ibid., p. 5.

às alfabetizadas permitiu a poucas delas tornarem-se eleitoras. Depois, em 1937, com o fechamento do regime durante o Estado Novo, poucos ou nenhum cidadão pôde exercer quaisquer direitos políticos, tornando sem significado todas as conquistas alcançadas pelas mulheres.

É importante frisar que este sistema de gênero foi, na realidade, uma reação frente às inúmeras conquistas femininas, ao mesmo tempo em que se encarregou de conter o movimento feminista que vinha tomando um espaço cada vez maior no cenário político-social do país. De fato, este movimento perdeu seu ímpeto com a ascensão desse sistema e, posteriormente, da própria ditadura; paralelamente, a influência modernizadora do pensamento feminista foi solapada e as tradicionais concepções a respeito da feminilidade foram reforçadas.

1.2 Educação e trabalho das mulheres

O principal objetivo da educação feminina, no período que vai da segunda metade do século XIX até praticamente a metade do século XX, era preparar a mulher de forma mais adequada para o exercício de seus papéis no espaço doméstico. Com a decisiva influência da eugenia, muitos pensadores brasileiros consideravam que a educação feminina seria essencial também para o aprimoramento da saúde das mulheres, ao mesmo tempo em que as prepararia para uma maternidade competente e para uma administração eficiente do lar. Acreditava-se, portanto, que as mulheres educadas cumpririam de maneira mais apropriada a sua “missão sublime” de proteger a saúde, alimentar as mentes e formar o caráter dos futuros cidadãos da nação.⁹

Gradativamente, a educação das mulheres passou a ser vista de forma mais positiva, especialmente entre as classes médias, pois era necessário que também as mulheres se adaptassem às novas contingências econômicas do país. Ao prepará-las para as atribuições do casamento e da maternidade, a instrução feminina também possibilitava a elas desenvolver habilidades que pudessem lhes servir para prover o sustento de seus lares, em caso de viuvez, abandono ou impossibilidade do marido arcar sozinho com as despesas da família. Assim

⁹ Ver também: LINO, Sonia Cristina da Fonseca M. **As idéias feministas no Brasil (1918-1932)**. Dissertação de Mestrado, UFPR, 1986; HAHNER, June E. **A mulher brasileira: suas lutas sociais e políticas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981; e SILVA, Cleusa Gomes da. **Modernizando o casamento: A leitura do casamento no discurso médico e na escrita literária feminina no Brasil (1900-1940)**. Dissertação de mestrado, UNICAMP, 2001.

sendo, um número cada vez maior de mulheres da classe média urbana buscou na educação um meio de garantir sua segurança econômica e seu status social.

Voltando um pouco ao século XIX, a educação feminina era então bastante rudimentar e raramente voltava-se para o aperfeiçoamento intelectual das mulheres. Em 1827, as mulheres passaram a ter direito, por lei, à educação elementar, que consistia em leituras religiosas, culinária, francês e piano.¹⁰ Entretanto, era ainda pequeno o número de professoras bem preparadas no ensino primário gratuito, enquanto que a educação secundária se dava principalmente em escolas particulares ou com tutores, com altos custos financeiros. As escolas públicas secundárias limitavam-se à Escola Normal e ao Liceu de Artes e Ofícios, que formavam mulheres para as “femininas” atividades do magistério e das artes, tornando sua educação demasiado superficial para concorrer às vagas nas Universidades, quando estas foram abertas às mulheres. Pensando as mulheres de todas as classes – e não somente as de classes alta e média -, as perspectivas de ascensão social através da educação e do trabalho no século XIX eram extremamente baixas, ainda mais se considerarmos o fato de que a maioria delas, mesmo nos centros urbanos, era analfabeta, e aquelas que não eram recebiam estímulos para que aperfeiçoassem tão somente suas habilidades domésticas, e não suas mentes.¹¹

A despeito disso, em 1879 o governo brasileiro abriu as Universidades às mulheres, embora tenha sido somente no século XX que algumas delas conseguiram espaço nas instituições de ensino superior, passando a concorrer com os homens em profissões de prestígio. Já no começo da década de 1870, jovens brasileiras foram para os Estados Unidos para estudar medicina e para provar que seu sexo era capaz de aprimorar a capacidade intelectual, o que, segundo elas, auxiliaria no progresso da humanidade como um todo.¹²

Embora algumas mulheres almejassem a elevação social de seu sexo através da educação, a formulação dos conteúdos curriculares era permeada por valores tradicionais, asseverando que o significado social da educação feminina era a continuidade do seu papel como mantenedoras da ordem social. A educação das mulheres era aceita, de uma forma geral, como uma necessidade prática para as mulheres e para a sociedade, e não como uma maneira de dar a elas as mesmas possibilidades intelectuais e materiais dos homens.

Ainda que as dificuldades fossem grandes para as mulheres receberem uma educação compatível com ambições profissionais e intelectuais, muitas delas começaram a angariar

¹⁰ LINO. Op. cit., p. 42.

¹¹ BESSE. Op. cit., p. 126.

¹² HAHNER. Op. cit., p. 68.

visibilidade no espaço público, através de atividades que não eram remuneradas na maior parte dos casos, mas que permitiam a algumas mulheres das classes alta e média mostrarem suas capacidades e talentos. Dentre estas atividades, as campanhas abolicionistas parecem ter sido um importante ambiente para a atuação da mulher, tendo sua participação sido vista como resultado das “naturais” qualidades femininas da bondade e da caridade. Entretanto, a atuação feminina no abolicionismo foi relativamente pequena, se comparada com a estreita conexão deste movimento com o feminismo nos Estados Unidos, por exemplo, e geralmente estava restrita a posições de menor importância.

Chegando ao fim do século XIX e, principalmente, com o adentrar do século XX, as mulheres passaram a se beneficiar cada vez mais da educação, ainda que suas áreas de atuação fossem ainda bastante restritas. Sem dúvida, um dos fatores mais importantes neste sentido foi a difusão das teorias científicas que, opondo-se ao conservadorismo católico nas questões sobre a mulher e a família, creditavam à educação o poder de realizar mudanças sociais e corrigir atrasos no progresso brasileiro; neste processo, também a mulher deveria ser educada, rejeitando-se a inferioridade intelectual geralmente atribuída ao sexo feminino.

Como já foi mencionado, as instituições de ensino superior foram abertas às mulheres em 1879; a isto se seguiu uma expansão de oportunidades nas áreas profissionais, permitindo que algumas mulheres se tornassem advogadas, médicas, dentistas, embora poucas tenham chegado a exercer suas profissões, dado o enorme preconceito e os obstáculos colocados pela sociedade. As posições de alto nível do governo foram abertas às mulheres em 1917, e eram preenchidas por eleição ou concurso. Deste modo, algumas mulheres conseguiram alcançar cargos de prestígio e responsabilidade – como foi o caso de Bertha Lutz, que se tornou secretária do Museu Nacional.¹³

No século XX, apesar da irremediável inserção das mulheres na vida pública, uma das poucas possibilidades de atuação feminina que não resultava em nenhum tipo de discriminação eram as organizações de caridade, que agregavam mulheres oriundas das classes altas para trabalhar em prol dos mais necessitados. Contudo, a participação feminina nos serviços voluntários ou nas causas caritativas tinha, inegavelmente, um lado conservador, a despeito de criar oportunidades para as mulheres participarem do espaço público e mostrarem seu potencial. De fato, a caridade confirmava a hierarquia de gênero ao invés de subvertê-la, pois reforçava os estereótipos referentes a uma natureza feminina, ao mesmo

¹³ BESSE. Op. cit., p. 184.

tempo em que mantinha as mulheres ocupadas com um trabalho não-remunerado, o que não ameaçaria a figura do homem como provedor da família. As noções de altruísmo e bondade, geralmente compreendidas como a base das ações caritativas, eram vistas como características intrínsecas às mulheres, seres dotados de elevadas virtudes morais de acordo com a maior parte das correntes de pensamento do período.

Desde a década de 1910, as organizações de caridade proliferaram nas grandes cidades, e com elas um grande número de mulheres das classes alta e média ingressou na vida pública, focando seus talentos e energias numa atividade, que, apesar de tudo, possibilitava a aquisição de respeito e status social sem depender necessariamente dos homens de suas famílias.¹⁴ Afirmava-se, também, que as mulheres das classes mais altas seriam uma influência moralizadora para aquelas provenientes da classe baixa; isto, sem dúvida, confirma o caráter ambíguo destas organizações, já que elas tinham como um dos seus principais intuitos legitimar a ordem social e aplacar algumas das reivindicações dos pobres, utilizando para tanto a força de trabalho gratuita das mulheres.

Apesar disso, é possível vislumbrar um avanço significativo das mulheres na educação secundária e superior nas décadas posteriores: segundo o censo de 1940, 48,11% dos diplomados em escolas secundárias eram mulheres, mas mais de 1/3 delas haviam se diplomado no magistério; 9% dos diplomados nas Universidades eram mulheres, sendo quase 60% nos três campos da odontologia, da farmácia e da música.¹⁵ Isso significa que, mesmo com transformações importantes na educação, as mulheres continuaram atuando majoritariamente nas carreiras de menor prestígio, com escassas recompensas econômicas, baixo status social e poucas oportunidades de progresso, ao mesmo tempo em que suas profissões se relacionavam com as tradicionais atribuições das mulheres, como o cuidado dos outros, o entretenimento e a educação das novas gerações.

Como nos diz Besse, a expansão das oportunidades de instrução permitiu a uma pequena elite de mulheres alcançar a auto-realização e a independência econômica pela via educacional e profissional; ainda que essas mulheres demonstrassem o progresso e a modernidade da nação brasileira, a educação que a grande maioria recebia era ajustada para manter suas aspirações sob controle.¹⁶

¹⁴ Ibid., p. 169.

¹⁵ Ibid., p. 129.

¹⁶ Ibid., p. 141.

A educação aprimorada recebida por algumas mulheres possibilitou a elas começar a adentrar espaços de grande visibilidade, como as artes e a imprensa. Por um lado, a realização profissional era mais fácil para as escritoras e artistas, já que permitia a elas trabalhar em casa, ter horários flexíveis, sem fugir da imagem tradicional da mulher enquanto ser sensível e responsável pelo entretenimento dos outros; contudo, sabe-se que, principalmente o mundo literário, era ainda extremamente masculino. Todavia, a imprensa, que buscava conquistar o público letrado feminino que estava se formando, multiplicou as oportunidades para as mulheres escreverem para jornais e revistas, bem como para publicar livros femininos e infantis.

Na medida em que as mulheres passaram a escrever, independente da forma ou da temática, assuntos ligados à emancipação feminina ganharam espaço e visibilidade no mundo das letras. A maior parte das mulheres que passaram a se dedicar à escrita eram oriundas das classes média e alta, e buscavam uma vida fora do lar menos por necessidade de auto-sustento e mais como forma de realização pessoal.¹⁷

Quando nos referimos, contudo, às mulheres pobres do mundo urbano, constatamos que há muito elas vinham participando da mão-de-obra, tanto em indústrias nos grandes centros, como nos trabalhos realizados na casa das famílias de classes mais elevadas, como limpar, cozinhar, lavar e cuidar de crianças – trabalhos estes que permitiriam às mulheres das camadas média e alta almejar profissões na esfera pública.

São inúmeros os fatores responsáveis pelo fato das mulheres das classes média e alta acabarem ganhando uma posição definitiva no mundo do trabalho no século XX, dentre eles podemos citar: as inovações tecnológicas das indústrias e dos meios de comunicação; a passagem da produção doméstica para o mercado e a conseqüente desvalorização do trabalho doméstico; a situação econômica precária da classe média urbana; a procura por funcionárias no setor de serviços; as modificações culturais que acompanharam a urbanização e a industrialização; a adoção pelas mulheres do valor burguês do trabalho e do desejo de maior auto-suficiência econômica e realização profissional.¹⁸

Por um lado, a necessidade de integrar as mulheres de classe média e alta no mercado de trabalho possuía um caráter ambíguo, já que ameaçava a estabilidade da família burguesa; ao mesmo tempo, a presença contínua das mulheres pobres na força de trabalho era problemática, e os empregadores e o Estado preocupavam-se com a saúde física e a

¹⁷ LINO. Op. cit., p. 49.

¹⁸ BESSE. Op. cit., p. 143.

socialização apropriada dos futuros trabalhadores, filhos destas mulheres. Foram propostas, então, nas primeiras décadas do século XX, medidas legais que atenuassem estas contradições, definindo o emprego assalariado das mulheres como extensão de seus papéis familiares e restringindo seu ingresso nos trabalhos considerados “inadequados” ou perigosos. Inúmeras considerações políticas, sociais e culturais exigiam que o emprego feminino não permitisse às mulheres deixar de lado seus papéis familiares nem destruísse os estereótipos que vinculavam a feminilidade à delicadeza, à virtude e ao altruísmo.¹⁹

A principal justificativa para os defensores do trabalho feminino era a necessidade econômica, já que um emprego poderia proteger as mulheres da fome, da prostituição e da aceitação de um casamento indesejado; assim, as contingências da vida moderna exigiam a inserção das mulheres no mercado de trabalho, que enquanto garantiam o bem-estar pessoal e familiar, aumentavam a riqueza nacional e promoviam o progresso econômico.

Portanto, em face da necessidade da economia em expansão da força de trabalho feminina, as mulheres foram instadas a colaborar com os homens, tornando-se “úteis” para a família e para a nação. O trabalho assalariado era, pois, um dos deveres da mulher nascida no século XX, que precisava conciliar seu emprego com os papéis domésticos; impedia-se, desta maneira, que o trabalho fosse um elemento emancipador para as mulheres, que permaneciam presas aos encargos da maternidade e do lar, insistindo-se na compatibilidade de ambas as atribuições. O emprego feminino se justificava quando explorava o altruísmo feminino e as qualidades ditas femininas, mas nunca quando desenvolvia traços de caráter masculinos ou estimulava a competição. As mulheres eram, também, advertidas contra a busca de empregos assalariados como meio de satisfazer ambições pessoais ou de se manter independentes dos homens.²⁰

Na década de 1930, diversas medidas trabalhistas - como a proibição de mulheres em empregos noturnos, perigosos ou desgastantes, e a proteção das mães trabalhadoras -, impediram as mulheres de concorrer no mercado de trabalho de forma igualitária, tornando-as alvo de políticas discriminatórias que restringiam suas possibilidades de trabalho, embora elas geralmente se sujeitassem a receber salários menores que os dos homens. De fato, trabalhadoras do mundo urbano permaneceram concentradas em um número relativamente pequeno de funções, de status e salários baixos, ou seja, somente uma pequena elite estava em cargos profissionais, administrativos e de assistência social. Mesmo que as conquistas

¹⁹ Ibid., pp. 145-146.

²⁰ Ibid., pp. 151-153.

femininas no âmbito do trabalho fossem modestas, permanecia uma pressão social que clamava pela preservação da harmonia entre os sexos e da dignidade da feminilidade.

Neste sentido, o Estado varguista, que teve lugar na década de 1930, procurou intervir diretamente nas relações familiares, no intento de legitimar o casamento e a família nuclear como instituições biologicamente naturais e socialmente necessárias; ao mesmo tempo, procurava despolitizar as questões de sexo e gênero, transformando-as em questões médicas, jurídicas e morais. Desta maneira, este sistema de gênero revisado tornou-se um dos pilares da nova organização do Estado, que assegurou desta forma a perpetuação da subordinação das mulheres.

O sistema de gênero modernizado apostou, pois, na exortação de que as mulheres não deveriam permitir que o exercício de seus direitos ou o desempenho de atividades no espaço público interferisse nos seus deveres familiares mais essenciais, ou seja, na maternidade e nos seus papéis enquanto esposa e dona-de-casa. Ao fim e ao cabo, este sistema foi extremamente útil para a institucionalização de uma forma mais legítima de dominação masculina, já que a domesticidade das mulheres permaneceu intacta, e nenhuma das transformações sociais que vinham ocorrendo perturbou fundamentalmente a estrutura da desigualdade.²¹

Embora as feministas e outros defensores dos direitos das mulheres afirmassem que as representantes do sexo feminino deviam seguir carreiras para seu próprio bem, apenas uma minoria delas buscou um emprego remunerado pela simples satisfação pessoal. Entretanto, essa mesma minoria foi uma das principais responsáveis pelo fortalecimento de um novo modelo de feminilidade, baseado na imagem de uma mulher descompromissada, realizada, orgulhosa e independente dos homens – ou pelo menos, em parte. Como nos afirma, mais uma vez, Susan Besse, *“o mais típico era que as mulheres pioneiras de classe média e alta, que optaram por fazer carreira ao invés de se casar, considerassem que o êxito tinha um preço tão alto que podia constituir dúvida vitória. A luta constante contra todas as desvantagens e contra as convenções sociais acarretavam a muitas mulheres tanto angústia quanto satisfação.”*²² Muitas das mulheres que alcançaram um lugar dentro de profissões tradicionalmente masculinas acabaram abrindo mão de suas carreiras após o casamento, para dedicar-se em tempo integral aos misteres da maternidade e aos cuidados com a família e com a casa. O casamento era geralmente visto como uma fuga e como um modo mais seguro de

²¹ Ibid., p. 11.

²² Ibid., p. 174.

obter status social e segurança econômica, e somente um número diminuto de mulheres pretendeu seguir uma carreira com a finalidade de alcançar auto-realização por toda a vida.

A despeito de todos os esforços, a verdade é que a maior parte das mulheres via o trabalho remunerado como um meio de arranjar um bom casamento, pois as protegeria de realizar um matrimônio indesejado por dificuldades financeiras. Ainda mais importante, o trabalho era um meio honesto e seguro de manter seu bem-estar econômico e, frequentemente, também de seus familiares. É certo, pois, que a maioria das mulheres teria desistido de uma vida bem sucedida profissionalmente se assim pudessem, embora a noção de “dignidade” do trabalho começasse a repercutir também entre elas, principalmente no século XX.

O que se pode concluir, portanto, é que a inserção gradativa das mulheres nas escolas e Universidades, bem como no mercado de trabalho, no período que vai da metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX, modificou pouco ou nada as relações de dominação e hierarquia na sociedade brasileira. De fato, sua inclusão como mão-de-obra remunerada beneficiou muito mais a economia do Brasil do que as próprias mulheres, pois o impacto social que o trabalho feminino possuía potencialmente foi solapado por sua inserção em cargos “femininos”, com remuneração, poder e status menores que os dos homens.

1.3 Intelectuais mulheres e a escrita feminina do período

Muitas das mulheres que, vivendo em meados do século XIX e primeiras décadas do XX, foram consideradas intelectuais ligam-se, de uma forma ou de outra, aos debates relativos aos direitos da mulher. Isto porque ter a intenção de se equiparar intelectualmente aos homens ou viver dos seus escritos era, naquele período, uma atitude extremamente subversiva, ligada, sem dúvida, a um tipo de pensamento feminista incipiente.

No começo do século XIX, as mulheres brasileiras, em sua grande maioria, ainda viviam enclausuradas em antigos preconceitos e imersas numa rígida indigência cultural; sendo assim, urgia levantar a primeira bandeira, que não podia ser outra senão o direito básico de aprender a ler e a escrever, até então reservado ao sexo masculino. Sem dúvida, esta foi a primeira reivindicação a aparecer nos escritos das mulheres que, tendo recebido pioneiramente uma educação diferenciada, tomaram para si a tarefa de estender as benesses do conhecimento às suas companheiras, fundando escolas, publicando livros e,

principalmente, enfrentando a opinião corrente que dizia que a mulher não precisava se aprimorar intelectualmente.²³

A oposição às mulheres que se atreviam a escrever foi, de início, extremamente dura e elas tiveram que enfrentar grandes obstáculos para conquistar algum espaço dentro do mundo das letras, vencendo a força de um cânone literário que se mostrava muito mais rígido para com as suas produções. Aquelas que conseguiram, apesar de tudo, adentrar este espaço, foram quase sempre vistas como excepcionalidade, como um espírito singular que se diferenciava das demais representantes de uma feminilidade em tudo inferior.

A despeito disso, os recentes estudos a respeito da escrita feminina têm comprovado que inúmeras mulheres tiraram suas palavras da reclusão dos diários e cartas, publicando seus escritos em livros, periódicos, artigos para a grande imprensa, revistas de variedades, almanaques. Teve lugar, portanto, um gradativo processo de visibilidade das intelectuais mulheres que, ao adentrar um domínio público e quase que exclusivamente masculino, transpuseram as barreiras e romperam, pelo menos em parte, com um idealizado modelo de vida para as mulheres das elites.²⁴

As mulheres poetisas, escritoras e jornalistas ampliaram sua capacidade de compreensão da realidade e se mostraram sujeitos com idéias e conteúdos próprios, capazes de dar seu significado para as questões colocadas pelo seu tempo. A prática da escrita foi, ao mesmo tempo, fundamental para a inserção das mulheres numa cultura letrada que crescia consideravelmente no Brasil, e que contribuía decisivamente para a remodelação do imaginário no período em questão.

De fato, os intelectuais brasileiros do começo do século XX - assim como em outros momentos da história - atribuíram-se a função de agentes da consciência e do discurso, ou seja, eles acreditavam ser os responsáveis pela construção da nacionalidade e pela consolidação da República brasileira.²⁵ A missão dos intelectuais era, portanto, guiar os incautos pelo caminho da ordem e da civilização, falando em nome dos que não tinham voz. Este tipo de pensamento, aliado à fundação de instituições de ensino e pesquisa, contribuiu

²³ DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. IN: **Revista Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, set./dez. 2003, p. 153.

²⁴ LEITE, Márcia M^a da Silva Barreiros. **Entre a tinta e o papel**. Memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920). Salvador: Quarteto Editora, 2005, p. 186 e 188.

²⁵ VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política do Estado Novo. IN: **Revista de Sociologia e Política**. UFPR, n° 9, 1997, p. 60.

grandemente para a formação de uma cultura bacharelesca, que buscava, através da palavra, constituir um espaço público de discussão.²⁶

No Brasil especialmente, por ser um país de estrutura autoritária e patriarcal, além de abrigar um enorme contingente de analfabetos, esta auto-atribuição acabou sendo reforçada em diversas circunstâncias, o que fez com que mesmo as manifestações das intelectuais se mostrassem perpassadas por noções liberais, progressistas e nacionalistas, que creditavam à educação – e no caso, a educação das mulheres – o papel de promotora da evolução e modernização do país. Foi também graças à influência do pensamento liberal que surgiram as primeiras reclamações relativas ao sufrágio feminino, que via o voto como um instrumento essencial na construção de uma sociedade democrática. Este ideário, que tomou seus contornos nas primeiras décadas do século XX, embasou, portanto, a maior parte das reivindicações dos direitos e liberdades das mulheres, pautando-se em muito no conceito de democracia ocidental.

Tudo isto contribuiu para que, a partir do século XX, a literatura feita por mulheres começasse a deixar de ser considerada uma anormalidade, e o espaço adquirido, ainda que bastante delimitado, permitisse tolerá-las na cena literária. Inicialmente, caracterizou-se a poesia como estilo de escrita indicada ao sexo feminino, por ser um gênero geralmente relacionado à expressão dos sentimentos e dos estados da alma e do espírito; a prosa, que aparecia comumente na forma epistolar, surgiu como uma outra forma de expressão tipicamente feminina, embora diferisse da poesia por permitir às escritoras realizar considerações sobre problemas concretos da existência.

Desta maneira, o exercício da escrita acabou por promover mudanças de comportamento e atitude femininas, já que essas mulheres, que aparecem na cena cultural como escritoras, editoras e mesmo leitoras, promoveram possibilidades diferentes do confinamento doméstico e da rigidez dos papéis tradicionalmente destinados a elas. Como nos diz Cleusa Gomes da Silva, “*na oscilação entre o espaço das proibições e das permissões, vêem-se possibilidades de muitas mulheres escritoras estimularem reflexões em seus escritos literários, desencadearem polêmicas e reelaborações a respeito das normas*”.²⁷

Nas revistas e jornais elas publicaram, realizando reflexões sobre as temáticas que mais lhe interessavam, tais como a educação feminina, o cuidado com a infância, a

²⁶ SILVESTRIN. Op. cit., pp. 17-18.

²⁷ SILVA. Op. cit., pp. 9-10.

maternidade, a moda, a moralidade pública. Mesmo quando mantinham o caráter conservador de sua fala, estas mulheres não se esquivavam de realizar críticas a sua condição social.²⁸

Também na imprensa, a poesia apareceu timidamente como uma primeira manifestação da escrita feminina. Contudo, logo em seguida, as crônicas, os artigos e a prosa literária propriamente dita começam a aparecer, mostrando novas faces das mulheres escritoras. De fato, a participação feminina em alguns jornais da grande imprensa e nas revistas de variedade, sem falar nos periódicos editados pelas próprias mulheres, faz parte de um esforço de ampliação do público leitor, que passava a incluir a parcela letrada do sexo feminino.

Foi neste contexto, onde teve lugar um processo de intelectualização das mulheres e sua conseqüente inserção no mundo das letras, que surgiram os primeiros periódicos femininos no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX.²⁹ Embora muitos deles se mostrassem voltados para o entretenimento do público feminino, a maioria empreendeu a defesa dos direitos da mulher, embasando-se principalmente no direito de receber uma educação equivalente a dos homens. Independente de seu conteúdo estar voltado ou não para temáticas comuns à chamada “imprensa feminina” - família, educação, moda, casamento, maternidade e religião -, esta produção desempenhou um importante papel no sentido de formar uma rede de solidariedade que possibilitava a troca de experiências literárias e culturais, responsáveis pela construção de novas identidades e novos modelos de cidadania feminina. Ao mesmo tempo, os periódicos serviam como um canal de expressão para as até então sufocadas vocações literárias femininas, permitindo uma ampla troca de idéias, conhecimentos e informações entre as camadas letradas do país.³⁰

Apesar da coragem necessária às mulheres que pretendiam levar a cabo um projeto intelectual, havia a recorrente preocupação a respeito de como se apresentar ao público. Neste sentido, muitas escritoras desculpavam-se pelo seu ato de ousadia, conscientes da comum rejeição à escrita feminina. A questão da baixa-estima perseguia as mulheres que se aventuravam neste terreno, mesmo quando encontravam nos homens de sua família e nas rodas literárias manifestações de consentimento e, algumas vezes, até de incentivo. Algumas continuavam, contudo, inibidas nestes espaços e geralmente pediam uma espécie de salvo-conduto para que suas produções fossem aceitas por seus pares.

²⁸ LEITE. Op. cit., pp. 34-35.

²⁹ Uma descrição mais detalhada a respeito da produção e escrita destes periódicos será feita na seqüência do trabalho, na seção referente ao feminismo brasileiro.

³⁰ Ibid., pp. 275-276 e 302.

Como nos diz Márcia Barreiros Leite, “*no geral, os discursos de incentivo dos literatos e editorialistas estavam sempre permeados por uma lógica de mundo que os colocava numa condição superior de julgadores. Eram discursos paradoxais, porque, se por um lado estimulavam a criação literária das filhas, irmãs, esposas e amigas, por outro desautorizavam e minimizavam as obras sem muitos critérios.*”³¹ Ou seja, era uma elite literária masculina que, dominando os postos de comando das instituições voltadas para o cultivo das letras, bem como as tipografias de jornais e revistas, ditava as regras do campo literário e, por sua vez, exigia das escritoras que dele quisessem fazer parte um esforço de adequação às normas por eles estabelecidas. Buscando sobreviver dentro do mundo literário, muitas escritoras assumiram estereótipos de uma tradição masculina, vendo esta como a única forma de seguir suas aspirações.

Enquanto utilizavam diversos subterfúgios para esconder suas verdadeiras intenções, as mulheres que escreviam quebravam de forma sorrateira os limites do cânone literário, negociando poderes e ações até então reservadas aos homens. Através da escrita, elas exigiram seu lugar em atividades diferentes das que geralmente eram atribuídas a elas, procurando ampliar seu espaço de atuação. Desta forma, o discurso produzido por algumas literatas se insurgiu contra a tradicional concepção de feminino, transformando a prática da leitura e da escrita em instrumentos para o desenvolvimento de uma consciência das mulheres num mundo dos homens.

³¹ Ibid., pp. 227.

2 OS DEBATES SOBRE A MULHER E O FEMINISMO

Considerando as transformações que tiveram lugar no Brasil no final do século XIX e começo do século XX, o feminismo surgiu como uma teoria social e um movimento político que interferiu decisivamente no imaginário a respeito da mulher. Sendo assim, torna-se necessário contextualizar o feminismo brasileiro, bem como o desenvolvimento dos debates sobre a mulher que se dão no seio da intelectualidade brasileira e curitibana. Curitiba, embora fosse uma cidade relativamente pequena nesse período, partilhava de muitas das concepções sobre o papel da mulher que permeavam a sociedade republicana, o que levou a que também as curitibanas participassem cada vez mais do espaço público da cidade, através da escrita, dos empregos e da educação formal.

Para a contextualização do feminismo brasileiro, utilizamos os já mencionados trabalhos de Branca Moreira Alves, June E. Hahner, Susan K. Besse e Sonia Fonseca Lino. Para a parte que trata de Curitiba, serviram de apoio a interessante dissertação de mestrado de Cynthia Roncaglio, que realiza um importante retrospecto do lugar das mulheres na Curitiba da Primeira República; e o essencial livro da Prof.^a Etelvina M^a de Castro Trindade, que realizou um trabalho de fôlego em *Clotildes ou Marias*, utilizando uma enorme quantidade de fontes retiradas da imprensa curitibana do começo do século XX, que permitiram uma compreensão bastante apurada da cidade no período. A partir deste quadro, inserimos Mariana Coelho tanto dentro do feminismo brasileiro quanto nos debates que tiveram lugar em Curitiba, evidenciando o fato de que ela foi uma das maiores representantes do feminismo que esta cidade já possuiu.

2.1 Histórico do feminismo brasileiro

Embora o próprio termo “feminismo” tenha quase sempre sido alvo de interpretações ambíguas, é possível constatar uma movimentação de mulheres de caráter feminista a partir da segunda metade do século XIX no Brasil, que se manifestou essencialmente pela imprensa. De fato, foi principalmente através da publicação de pequenos periódicos feministas que as mulheres puderam, nesse período, reivindicar seus direitos e proclamar sua insatisfação com a situação a que eram constrangidas a viver, procurando incitar mudanças no status econômico, social e legal das mulheres no Brasil.

Como já foi mencionado, as mudanças sofridas pelas mulheres que viveram o processo de modernização do país levou muitas delas a receber educação formal, o que acabou por resultar na construção de uma consciência feminina que se opunha ao lugar subordinado até então ocupado pelas mulheres. Uma das primeiras representantes do pensamento feminista no Brasil foi Nísia Floresta (1809-1885), que realizou uma tradução livre da importante obra de Mary Wollstonecraft, *Vindications of the Rights of Woman*.³² Floresta foi uma figura de destaque na primeira metade do século XIX, tanto por advogar o direito à educação para as mulheres, quanto por clamar pela liberdade de religião e pela abolição da escravidão; não atuou, contudo, de forma organizada nem reivindicou direitos políticos como o voto, como viriam a fazer as mulheres que a sucederam.

Sem dúvida, o Rio de Janeiro, capital do país, era o principal centro intelectual, cultural e econômico brasileiro, o que o levou a ser palco das primeiras manifestações de ideais feministas entre algumas mulheres letradas das classes alta e média. Foi ali também que surgiu o primeiro periódico feminista, chamado *Jornal das Senhoras*, tendo sido lançado em 1852 por Joana Paula Manso de Noronha.³³ A principal intenção proclamada por este periódico seria a emancipação intelectual das mulheres, pois delas adviria uma contribuição essencial para o progresso e evolução da nação brasileira. Apesar disso, a imagem de feminilidade que predominava neste, e também na maior parte do pensamento feminista do período, era aquela ligada à domesticidade e à reclusão, ou seja, glorificava-se a mulher como mãe dos filhos do Brasil e, portanto, ela teria como principal responsabilidade educar corretamente os futuros cidadãos e trabalhadores. As nações mais evoluídas, como as da Europa e os Estados Unidos, davam o exemplo de que o progresso não poderia ter lugar sem a participação efetiva das mulheres enquanto indivíduos dotados de capacidades intelectuais equivalentes as dos homens. Portanto, elas não poderiam mais ser consideradas propriedade masculina, e a influência essencial por elas exercida dentro do âmbito da família deveria ser considerada.

A despeito de suas boas intenções, o *Jornal das Senhoras* foi recebido com hostilidade por muitos homens e com indiferença pela maior parte das mulheres; isto acarretou em grandes dificuldades financeiras enfrentadas pelo periódico, que recebendo a contribuição de outras editoras, buscou permanecer como porta-voz das reivindicações das mulheres. Mesmo com estas modificações na liderança do jornal, a idéia central permaneceu sendo a mesma: o

³² Citado em HAHNER. Op. cit., p. 30.

³³ Ibid., pp. 34-36.

papel da mulher enquanto mãe justificava a necessidade de se elevar sua condição social. A figura da Virgem Maria, bem como elementos do catolicismo, uniam-se aos ideais feministas, buscando ajudar a mulher brasileira a ser mais valorizada.

Em 1862, também no Rio de Janeiro, é lançado o jornal *O Bello Sexo*, editado por Julia de Albuquerque Sandy Aguiar. Dali em diante, principalmente a partir da década de 1870, diversos outros periódicos apareceram, quase sempre pautados pelas idéias acima mencionadas.³⁴ É importante perceber que os jornais feministas tiveram um importante papel no estímulo e na disseminação de uma nova visão entre as mulheres, por serem um dos mais significativos meios para troca de idéias e informação entre as classes letradas nesse período.

Estes periódicos pautavam-se pelo clamar da importância da educação feminina, para que a mulher pudesse ser útil à pátria, enquanto desempenhava melhor suas funções como mãe e esposa. Mantinha-se, portanto, a noção de esferas separadas de atividades para homens e mulheres, embora se afirmasse que elas poderiam assumir qualquer trabalho no âmbito público. Acreditava-se, pois, que somente a educação poderia elevar socialmente a mulher, o que demonstra por parte dessas feministas uma profunda crença no poder da educação e na possibilidade de progresso da humanidade.³⁵

As publicações de caráter feminista, apesar de terem como principal objetivo a elevação do status social da mulher, sentiam-se obrigadas a oferecer tanto informação quanto entretenimento; assim, procuravam angariar um público leitor mais amplo, tratando de temas como religião, moda, literatura, notícias nacionais e internacionais, comentários políticos, etc. Ao mesmo tempo, estes periódicos foram uma importante válvula de escape para as energias literárias femininas, contribuindo para a formação de um grupo suficientemente grande de mulheres para proporcionar apoio mútuo e intercâmbio intelectual.

O esforço de associação que foi resultado das publicações feministas no século XIX acabou sendo um dos pilares do feminismo que surgiu nas primeiras décadas do novo século. Dentro desta nova configuração, Bertha Lutz foi o principal nome que se dedicou a organizar um verdadeiro movimento nacional em prol do voto feminino, que até então permanecia como uma reivindicação secundária nos periódicos feministas. Certamente que as questões do trabalho e da educação permaneceram extremamente importantes, contudo, o sufrágismo

³⁴ Entre eles, podemos citar “O Sexo Feminino” (1873), editado por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, em Minas Gerais; “O Domingo” (1874), editado por Violante de Bivar e Vellasco, no Rio de Janeiro; “Myosotis” (1875), editado por Maria Heraclia, no Recife; “Echo das Damas” (1879), editado por Amélia Carolina da Silva Couto, no Rio de Janeiro; “A Família” (1890), editado por Josefina Alvarez de Azevedo, em São Paulo. Citado em: HAHNER. Op. cit., pp. 52 e 62-63.

³⁵ Ibid., pp. 54-56.

ganhou grande impulso e influenciou de maneira decisiva o pensamento político e intelectual do período.

Contudo, não se pode falar do feminismo nesse período sem antes destacar a ambigüidade do próprio termo, pois ele abarcava concepções profundamente diferentes no que diz respeito à elevação do status social da mulher, que iam desde as feministas católicas até as profissionais solteiras, passando pelas anarquistas e libertárias. Mesmo no interior do movimento feminista organizado, coexistiam opiniões divergentes no que se refere às táticas a serem empregadas ou às idéias defendidas, embora a voz dominante tenha dado a aparência de um movimento coeso ideologicamente. Ainda assim, duas tradições podem ser percebidas neste feminismo, a saber: a tradição feminista “individualista”, que pregava direitos iguais e autonomia pessoal, tendo sido menos atraente no contexto cultural brasileiro; e o “feminismo relacional”, que pregava os direitos das mulheres partindo da valorização de seu papel enquanto mães. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), principal organização feminista das primeiras décadas do século XX, utilizava ambos os argumentos, mas fora dela prevalecia o “feminismo relacional”, que exaltava a “missão primordial” da maternidade.³⁶

No período que vai da década de 1910 até meados da década de 1930, os movimentos feministas tiveram um papel essencial na formulação da nova ordem de gênero que se configurou no Brasil. De fato, as feministas conseguiram atrair a atenção das comunidades profissionais e políticas do Brasil para suas reivindicações de igualdade social, econômica e política, alcançando posições importantes na imprensa e no campo político do país.

A despeito de terem contribuído para algumas vitórias importantes, como a própria aquisição do direito ao voto pelas mulheres, bem como o maior acesso à educação e aos trabalhos remunerados, as feministas não conseguiram superar a enorme distância entre as classes sociais no Brasil. O fato de o voto ter sido restringido às mulheres alfabetizadas privou a maior parte delas desse direito que, ao fim e ao cabo, permanecia desprovido de sentido para uma ampla camada da população, alheia aos ideais do liberalismo e da democracia representativa. O acesso à educação e ao trabalho também não teve uma repercussão significativa para grande parte das mulheres, pois aquelas que vinham de camadas baixas continuaram – como há muito já vinham sendo – empregadas em trabalhos de pouco status ou visibilidade, principalmente nos serviços domésticos e rurais. Portanto, o feminismo da FBPF,

³⁶ BESSE. Op. cit., p. 182.

composto por uma elite de mulheres brancas de classes urbana média e alta, permaneceu estranho à maioria das mulheres brasileiras, por ser incapaz de melhorar suas condições de vida, em face da natureza elitista e autoritária da política e da economia do país.

Ainda assim, não se pode negar o valor de um movimento social como foi o feminismo no começo do século XX, e são sempre válidos os esforços de lembrá-lo, ainda que seja necessário apontar suas limitações. Dentro do quadro do feminismo brasileiro do período, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) foi, sem dúvida, o grupo de maior destaque e que conseguiu angariar maior atenção para as discussões a respeito da situação da mulher brasileira.

A FBPF foi fundada na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1922, pela bióloga Bertha Lutz (1894-1976), filha de uma família de origem européia e burguesa – seu pai era um médico suíço e sua mãe uma enfermeira inglesa.³⁷ Tendo passado sete anos de sua juventude na Europa, entrou em contato com o movimento feminista europeu, e pôde também ver de perto a cooperação feminina na defesa de seus respectivos países durante a guerra. Ao retornar ao Brasil, colocou para si o objetivo de organizar as mulheres brasileiras para que elas lutassem por sua emancipação social, política, econômica e intelectual, bem como por seus direitos civis e políticos. Sem dúvida, os antecedentes familiares, as possibilidades educacionais e as opções de vida distinguiram Bertha Lutz das mulheres de seu tempo; isso fica ainda mais patente quando, em 1919, ela conseguiu tornar-se Secretária do Museu Nacional, ingressando por concurso, sendo a segunda mulher a ocupar um alto posto no serviço público brasileiro. Posteriormente, dedicou-se aos estudos jurídicos, no intuito de preparar-se melhor para suas atividades enquanto líder feminista.³⁸

Sua atuação enquanto feminista teve início em 1918, quando manifestou pela primeira vez suas idéias enviando uma carta à “Revista da Semana”, onde conclamava as mulheres a se unirem em prol da emancipação feminina, afirmando que ela própria, ao ter rompido e seguido uma carreira científica, servia de exemplo da capacidade das mulheres. Contudo, tal capacidade precisava ser comprovada frente a opinião pública, o que poderia ser realizado com a formação de uma associação que reunisse as mulheres. Assim, Lutz formou a Liga pela Emancipação Intelectual das Mulheres, em 1919, que viria a dar lugar, posteriormente, à FBPF.

³⁷ Ibid., p. 184.

³⁸ Mais dados biográficos sobre Bertha Lutz estão em: LINO. Op. cit. e HAHNER. Op. cit.

A influência do movimento feminista norte-americano foi decisiva neste contexto, já que Lutz fundou a FBPF após ter participado como representante brasileira na Conferência Pan-Americana de Mulheres, realizada em Baltimore, onde ela conheceu Carrie Chapman Catt, então presidente da NAWSA (National American Woman's Suffrage Association). Deste contato, surgiu a idéia de organizar uma associação feminista no Brasil nos moldes americanos, e a própria Catt escreveu o estatuto da FBPF, estimulando Lutz a realizar um Congresso onde utilizasse homens de projeção para dar destaque à causa feminista.³⁹ Ainda segundo as orientações de Catt, os objetivos gerais da FBPF seriam: promover a educação feminina; conquistar os direitos civis e políticos das mulheres; proteger mães e filhos; obter garantias legais em favor do trabalho feminino; promover organizações femininas; fortalecer vínculos com outros países americanos.

A Federação alcançou projeção nacional ao organizar, em 1922, a primeira convenção internacional de mulheres realizada no Brasil, onde levantou questões como: educação feminina; métodos para o desenvolvimento, progresso e organização femininas; oportunidades de ação para as mulheres; condições de trabalho e carreiras abertas a elas; assistência e proteção às mulheres de uma forma geral, evidenciando seu papel essencial no lar e na comunidade, bem como suas funções e responsabilidades na vida dos povos, na elevação dos ideais do mundo civilizado, na aproximação das nações e na manutenção da paz.⁴⁰ A publicidade da causa, além do já mencionado congresso, deu-se através de entrevistas, reuniões públicas, petições, manifestos, com um uso amplo da imprensa; ao mesmo tempo, as feministas procuraram angariar apoio de homens ilustres, convidando-os para suas atividades e incitando-os a defender a causa das mulheres em seus espaços de sociabilidade. Foi desta maneira que a FBPF fez com que políticos como Juvenal Lamartine e Moniz Sodré colocassem em pauta, respectivamente na Câmara e no Senado, a questão do sufrágio feminino.

Apesar de toda a intensidade do debate a respeito do sufrágio feminino, o discurso das feministas brasileiras não ultrapassou a ideologia dominante, mantendo a imagem tradicional da mulher como um ser dotado de uma missão elevada, baseada nas suas atribui es como mãe e dona-de-casa. Sendo assim, o movimento feminista revelou-se incapaz de criticar as bases da inferioriza o feminina, mantendo intactas as premissas da hierarquia entre os sexos. Na realidade, a FBPF se esquivou do enfrentamento dos conflitos entre papéis público e

³⁹ ALVES. Op. cit., p. 111.

⁴⁰ Ibid., p. 114.

privado das mulheres, bem como evitou expor as contradições entre as definições das mulheres como diferentes – superiores - ou iguais aos homens.⁴¹

Em 1931, foi realizado pela FBPF o Segundo Congresso Feminista Internacional, onde foram discutidas teses semelhantes às do primeiro encontro; dentre elas, havia recomendações sobre políticas oficiais para mudanças constitucionais e legais, bem como sugestões para políticas sociais que favorecessem os direitos das mulheres. Ficou evidente, também, a importância da idéia de que a emancipação econômica das mulheres era o problema central do movimento feminista e, assim sendo, a educação pública devia preparar as mulheres para exercer profissões. Contudo, a visão das atividades domésticas enquanto atribuições tipicamente femininas continuou sendo afirmada, pois a inserção na vida pública não comprometia os deveres das mulheres no lar.

A respeito do voto, Lutz proclamou que ele não era um fim em si mesmo, mas um instrumento para melhoria do status das mulheres; a tarefa delas era a de se unirem e de usarem seus direitos democráticos para eleger feministas para cargos públicos, no intuito de alterar as leis em benefício de mulheres e crianças e, ao mesmo tempo, impregnar o sistema político de valores sociais, pacíficos e humanitários.⁴² É certo que a intensa campanha levada a cabo pela FBPF foi um dos fatores que levaram à reforma eleitoral de 1932, onde foi permitido às mulheres votar e ser votadas; a própria Revolução de 1930 havia aberto um espaço para que grupos como a FBPF pudessem reivindicar esta reforma eleitoral, que além do voto feminino, instituiu o voto secreto. É importante ressaltar, todavia, que o voto feminino fazia parte das exigências da classe média urbana, que clamava pela reforma eleitoral, ao mesmo tempo em que o voto era uma das bases dos direitos políticos de um país que se dizia democrático.

Após a conquista do voto, a FBPF lançou, em 1935, um novo plano de ação, que consistia em criar uma “nova mulher”, que fosse consciente de sua dignidade e emancipada por meio da educação, do trabalho remunerado e da participação na vida política. Para tanto, sua principal tática foi disseminar informações sobre os novos direitos das mulheres e criar postos de alistamento, para incentivar as mulheres a tornarem-se eleitoras, além de patrocinar candidatas e apoiar candidatos favoráveis ao feminismo.

É certo que a própria origem de classe das feministas foi responsável pelo lugar que acabaram por alcançar, já que elas faziam parte de uma ampla rede de contato com membros

⁴¹ BESSE. Op. cit., p. 183.

⁴² Ibid., p. 190.

das classes dominantes política e economicamente. Ao mesmo tempo, foi essa mesma origem de classe que dificultou a aproximação das mulheres de classes mais baixas com o movimento feminista pois, embora fossem sempre lembradas nos congressos e petições, elas mantiveram-se alijadas de qualquer participação efetiva neste movimento. De fato, as sufragistas tiveram, quase sempre, uma abordagem paternalista e assistencialista para com as mulheres trabalhadoras, pautando seu modelo de mulher emancipada nas suas próprias vidas, já que a maioria das militantes eram profissionais liberais e pioneiras em suas carreiras.

Segundo Branca Moreira Alves, as limitações do movimento deram-se, especialmente, por ele não lutar por uma transformação social ampla, focalizando suas ações em medidas de alcance reduzido; ao mesmo tempo, o caráter autoritário da liderança de Bertha Lutz, que manteve a FBPF fechada às transformações advindas de feministas de classes ou de gerações diferentes, impediu a continuidade do movimento para além da aquisição do direito ao voto.⁴³

Com a conquista do voto, houve um profundo arrefecimento da luta feminista. Embora as militantes tivessem noção de que o voto era apenas um instrumento para suas conquistas, a maior parte das mulheres não foi capaz de perceber, naquele momento, que o voto era apenas o primeiro degrau para a elevação social da mulher. O movimento não teve forças, portanto, para superar a despolitização da mulher, que advinha de uma educação ainda extremamente restritiva, voltada para sua manutenção nos âmbitos da vida privada. Ao mesmo tempo, acreditava-se que as mulheres, por seu suposto comportamento dócil, sua inclinação à prudência e ao conservadorismo, teriam seus votos cooptados em favor do sistema; elas eram vistas, portanto, como um grupo conservador que, adentrando a política brasileira, tornar-se-ia o contrapeso dos perigosos movimentos de esquerda, que ganhavam certo espaço no país. Isto justifica, também, o apoio por parte de inúmeros políticos conservadores à causa do sufrágio feminino, pois de fato as mulheres não representavam nenhuma verdadeira ameaça à manutenção do sistema político dominante.

Ainda mais importante foi o fato de que aquilo que havia sido conquistado em 1932 perdeu todo o seu significado com o golpe de 1937, que retirou os direitos de todos os cidadãos brasileiros – e não somente das mulheres. As candidaturas femininas foram então rejeitadas, e as mulheres foram retiradas de todos os cargos públicos que haviam alcançado; além disso, muitas das garantias constitucionais conquistadas em 1934 se perderam antes mesmo de sua implementação. Interrompeu-se assim, de forma totalmente abrupta, todos os

⁴³ ALVES. Op. cit., p. 167.

canais de ação da FBPF e, com a ditadura, todos os argumentos baseados nos princípios da democracia foram esvaziados.

Um outro fator que parece ser importante para a compreensão da limitação do movimento feminista é a necessidade de sua legitimação. Sem dúvida, nem todas as feministas tinham posições políticas conservadoras, mas havia um medo geral de prejudicar os ganhos por opções individuais radicais, o que provavelmente limitou toda a crítica realizada pelo movimento. Se a FBPF, em suas pautas, tivesse misturado questões de classe ou clamado por modificações profundas na consciência feminina, certamente teria desabado a imagem das feministas enquanto reformadoras comedidas, imagem esta que era essencial em face do caráter ameaçador que era intrínseco ao feminismo. Era preciso, portanto, apaziguar os antifeministas com afirmações que não colocassem em questão a divisão de papéis feminino e masculino. Isto se confirma quando pensamos, por exemplo, no caso de feministas socialistas e anarquistas, como Maria Lacerda de Moura ou Patrícia Galvão que, ao se posicionarem ofensivamente frente à subordinação das mulheres, acabaram por ser sistematicamente marginalizadas, permanecendo isoladas em suas idéias, e sem representar ameaça ao *status quo*.⁴⁴

Provavelmente, foi por seu caráter moderado que um grupo como a FBPF chegou a ter 1000 membros e mais de doze associações a ela filiadas, o que denota a força política inegável do feminismo nesse período.⁴⁵ Embora tenha sido, como já foi mencionado, a principal organização feminista brasileira do começo do século XX, existiu uma dissidência da FBPF fundada por Nathércia Silveira, em 1931: a Aliança Nacional de Mulheres (ANM). Esta feminista, instada a sair da FBPF após se posicionar contra o governo, fundou esta associação que, segundo ela, pretendia estabelecer um contato mais direto com as classes populares. Contudo, tinha objetivos demasiado amplos e vagos, embora em seus estatutos desse maior ênfase ao aspecto do trabalho, enquanto a FBPF havia sempre dado maior atenção à questão da educação.⁴⁶ Além da ANM, outra organização havia sido formada muito antes, em 1925, por Julita Monteiro Soares: o Partido Republicano Feminino. Este grupo também demonstrou em seus objetivos preocupar-se com a mulher operária, ao mesmo tempo em que defendia o voto baseando-se nos já mencionados argumentos das “qualidades

⁴⁴ BESSE. Op. cit., pp. 199-202.

⁴⁵ ALVES. Op. cit., p. 123.

⁴⁶ Ibid., pp. 122-123.

femininas” – a bondade, o altruísmo, o horror à violência -, que saneariam os males sociais e a podridão da política.⁴⁷

O enfraquecimento do movimento feminista, que se deu após a conquista do voto, deveu-se, sem dúvida, à conjugação de um sistema político autoritário – que mostrou sua verdadeira face com o golpe de 1937 – com a própria limitação das mulheres para consolidar uma nova consciência. O fim da década de 1930 viu o desmoronamento das esperanças da FBPF de criar um movimento feminista de grande escala e de realizar mudanças significativas no status social das mulheres. De fato, a FBPF dificilmente teria podido alcançar seus objetivos enquanto um número maior de mulheres não optasse pela auto-realização fora dos papéis domésticos. Paralelamente, pode-se perceber que o movimento estava comprometido, também, pela ausência de tradição e de experiência para atuar em conjunto com vistas a metas sociais e políticas.⁴⁸

Ao contrário de outras estudiosas do assunto, Susan Besse aponta para a radicalidade do movimento feminista do período, a despeito das profundas contradições a que estava submetido. Ela afirma que as feministas “*não exigiam revolução política, mas aquilo que, não obstante, representava passos radicais para a época: a aplicação, às mulheres e às relações familiares, do ideal liberal de igualdade, e a incorporação, na esfera pública, das preocupações, opiniões e valores das mulheres.*”⁴⁹ Para ela, as próprias líderes, como Bertha Lutz, rejeitaram implicitamente os papéis de esposa e mãe como fontes únicas de auto-realização, embora não atacassem diretamente tais concepções para apaziguar os ataques dos oposicionistas e evitar confrontos diretos com instituições como a Igreja Católica e o Estado.

Procurou-se, com esta apresentação dos movimentos feministas brasileiros da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, mostrar a situação do feminismo e do debate sobre a situação das mulheres no período. É importante, ainda, ressaltar que embora a FBPF tenha tido uma posição inegavelmente mais importante no cenário político brasileiro, mulheres em diferentes conjunturas sociais também passaram a expressar sua insatisfação com o *status quo*, questionando as definições tradicionais da natureza e dos papéis femininos. Esboçava-se, portanto, um movimento feminista de caráter nacional, pautado por uma intensa rede de comunicação, do qual feministas como Mariana Coelho faziam parte.

⁴⁷ Ibid., pp. 115-116.

⁴⁸ BESSE. Op. cit., p. 194.

⁴⁹ Ibid., p. 197.

2.2 Curitiba no começo do século XX

No século XIX, o estado do Paraná era ainda uma região pouco expressiva, tanto em termos numéricos, quanto em importância econômica. As condições de vida da população eram precárias e limitadas, e a dificuldade de comunicação aumentava as distâncias e atrasava o desenvolvimento econômico e social. A emancipação do Paraná da província de São Paulo, em 1853, marca uma nova etapa, onde ocorreram mudanças consideráveis neste cenário.

Tem início, deste modo, um lento, porém inquestionável processo de urbanização que teve lugar principalmente na cidade de Curitiba, percebido pelo desenvolvimento dos transportes, pelo surgimento das primeiras fábricas, pela institucionalização de um sistema comercial e pela imigração de europeus.⁵⁰ Isto tudo contribuiu para que alguns grupos de intelectuais começassem a surgir, publicando, já na segunda metade do século XIX, os primeiros periódicos da cidade.

Com o adentrar do século XX, embora ainda fosse uma modesta cidade da região sul, Curitiba já possuía um círculo relativamente importante de intelectuais, estimulado, sem dúvida, pelo crescimento econômico que se deu no estado, principalmente relacionado à exportação de erva-mate. Uma efervescência cultural crescente, tendo a capital como palco, resultou na formação de diversos núcleos intelectuais que, por sua vez, fundaram inúmeros jornais e revistas, mostrando estarem a par das principais discussões que corriam pelo Brasil e pelo mundo.⁵¹

De fato, Curitiba era uma cidade relativamente pequena, possuindo trinta mil habitantes na década de 1910.⁵² Contudo, o crescente processo de escolarização propiciou melhores condições para o desenvolvimento da vida cultural na capital do Paraná, e neste processo também as mulheres foram beneficiadas, embora sua educação fosse ainda restrita. Na ebulição intelectual dessa sociedade que se queria “progressista”, a educação tornou-se, portanto, uma preocupação extremamente presente; um certo otimismo pedagógico pretendia introduzir pela escola pública a fé nas potencialidades humanas, bem como o sentimento patriótico e a ideologia do progresso. Imperava, tanto em Curitiba como na maior parte do Brasil no período da Primeira República, este espírito progressista e modernizante, que

⁵⁰ RONCAGLIO, Cynthia. **Pedidos e recusas**: mulheres, espaço público e cidadania (Curitiba, 1890-1934). Dissertação de Mestrado, UFPR, 1994, p. 1.

⁵¹ SILVESTRIN. Op. cit., p. 8.

⁵² KAMITA. Op. cit., p. 116.

impulsionou a expansão da educação para as mulheres no intuito de prepará-las para a inevitável inserção no mercado de trabalho em expansão.

Sendo assim, no período que vai de fins do século XIX a primeiras décadas do século XX, foi considerável o número de mulheres que participaram da vida pública da cidade, através de atividades sociais, do exercício do trabalho ou de iniciativas de caráter cultural. Notam-se diferenças gradativas nos trajés, nos gestos e no comportamento da mulher curitibana; ela adquire, pois, certa visibilidade, e torna-se capaz de despertar para formas de representatividade desembaraçadas - até certo ponto - da esfera privada.⁵³

As escolas no período tinham por objetivos difundir a moral, a ética e a fé; enaltecer o progresso e o trabalho; distribuir a disciplina e a ordem; incentivar o civismo; introduzir a saúde e a higiene. Sendo assim, mulheres são também chamadas a participar dos ambientes escolares, embora sua educação fosse, inicialmente, diferenciada da dos homens, procurando desenvolver nelas atributos que as tornassem aptas a exprimir uma face interna, voltada à manutenção da unidade familiar, e uma figura externa e pública, que preenchesse os interesses da sociedade e da nação. Como já foi mencionado no capítulo anterior, o processo de ensino para as mulheres pretendia adequar a futura mãe aos mecanismos de controle social; a educação, portanto, visava muito mais a aquisição de valores morais, religiosos e cívicos do que o atingimento de maiores níveis instrucionais ou culturais por parte das mulheres.⁵⁴

Foi fundada em Curitiba, no ano de 1916, a Escola Profissional Feminina, primeira dirigida à formação de mulheres. Enquanto a educação de nível fundamental e técnico começava, pois, a contar com uma maior participação das mulheres curitibanas, o ensino superior permaneceu essencialmente masculino. Poucas foram as paranaenses que conseguiram ocupar os bancos universitários, e mesmo as que haviam conquistado um diploma esbarravam em inúmeras barreiras, dificultando o exercício de suas profissões.

Insatisfeitas com este quadro de preconceitos, algumas mulheres fundaram, em 1933, o Centro Paranaense Feminino de Cultura, que procurava valorizar a atuação profissional das mulheres.⁵⁵ Neste sentido, este grupo realizava um esforço de organizar conferências, recitais e exposições, incrementando a participação das mulheres no mundo cultural curitibano. Além disso, o Centro buscava oferecer cursos de capacitação das mulheres, tais como de corte e costura, puericultura, inglês, datilografia, entre outros, sempre com o objetivo de aumentar

⁵³ RONCAGLIO. Op. cit., p. 2.

⁵⁴ TRINDADE, Etelvina M^a de C. **Clotildes ou Marias**: mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996. p. 39.

⁵⁵ KAMITA. Op. cit., pp. 117-118.

suas possibilidades de atuação. Uma outra contribuição importante do Centro foi relativa à literatura feita por mulheres; neste sentido, as escritoras paranaenses conquistaram um espaço até então inédito no Estado, tendo sido lançado, em 1959, o livro *Um século de poesia: poetisas do Paraná*, obra que reuniu a produção literária de várias escritoras. Como nos diz Rosana Kamita, o Centro foi um dos principais responsáveis pela guarda da memória literária feminina produzida no Estado que, sem seus esforços, teria sido definitivamente esquecida. É importante ressaltar que o Centro Paranaense Feminino de Cultura existe até os dias de hoje, mantendo-se como um dos principais lugares de preservação da memória das mulheres curitibanas.

Em Curitiba, muitas teorias filosófico-científicas tiveram espaço no começo do século passado, o que tornava seu círculo intelectual bastante diversificado e produtivo. Dentre estas, o positivismo, o neopitagorismo, a maçonaria, o livre-pensamento e, é claro, o feminismo, estiveram permeando os debates que se desenrolavam, principalmente, através dos periódicos locais. A fundação da Universidade na década de 1910 veio contribuir ainda mais para o alargamento das discussões que vinham tomando corpo na cidade.

O pensamento positivista foi extremamente difundido na Curitiba dos anos 1920, pregando o sentimento patriótico, o ensino laico, o valor da ciência para o progresso da humanidade e, o que é mais importante, a idealização da mulher enquanto ser moralmente superior. Muitos dos defensores dos direitos femininos, influenciados pelo positivismo, afirmavam a supremacia social e moral da mulher em função de sua capacidade de sentir, de sua afetividade e de seu altruísmo. Ainda segundo esta doutrina, as esposas teriam a missão de trazer a prática altruística ao seio das famílias, colaborando na regeneração da humanidade. As mulheres tinham, nesse sentido, o dever de moralizar também o espaço público e o âmbito da política, o que não as redimia dos seus tradicionais papéis de esposa, mãe e administradora do lar.⁵⁶

De maneira semelhante, atuavam na cidade os livre-pensadores e maçons, pregando a organização laica do Estado, o progresso da civilização e a democracia. Partindo desses pressupostos, formaram-se em Curitiba algumas associações de mulheres, dentre elas, as mais importantes eram a Associação Feminil Livre-Pensadora, as Filhas de Acácia, e as associações femininas espíritas. Além destas, surgiram também associações católicas, que se

⁵⁶ TRINDADE. Op. cit., pp. 125-127.

voltavam especificamente para as atividades filantrópicas, unindo mulheres das classes altas em prol da caridade.⁵⁷

De fato, as associações filantrópicas configuraram um importante meio de conciliar o mundo doméstico e uma certa participação social e política por parte das mulheres, embora essa prática não trouxesse consigo nenhuma pretensão de emancipação. Apesar disso, grupos como as Damas de Caridade e as Filhas de Maria arrebanharam uma quantidade significativa de mulheres, que abriram um espaço na esfera pública através do seu trabalho e do seu esforço. É verdade que o assistencialismo possui um caráter conservador e paternalista, sem falar do estímulo ao estereótipo da abnegada alma feminina, sempre dada ao auxílio e ao cuidado com os outros. Apesar disso, estas mulheres, que não limitavam mais sua atuação a esfera doméstica, aumentaram as oportunidades femininas, e evidenciaram as capacidades das mulheres para o exercício de profissões.

Também permeado pelas concepções da maçonaria, do espiritismo, do neopitagorismo e do livre-pensamento, o feminismo ganhou algumas adeptas e alguns adeptos na Curitiba das primeiras décadas do século XX; Mariana Coelho, Elvira Paraná, Leonor Castelhana, Pamphilo D'Assumpção, Rachel Prado, intelectuais de destaque na cidade, se mostraram determinados a garantir um maior espaço às mulheres. Eles deram início, portanto, a um debate intenso que se desenrolou na imprensa curitibana, e foram alvo de coações dos mais conservadores, tanto homens quanto mulheres, que acreditavam que a função primordial do sexo feminino na manutenção do espaço doméstico não condizia com tarefas no espaço público. Os grupos mais progressistas, portanto, possuindo uma visão mais aberta de mundo, tiveram que enfrentar uma ferrenha oposição, advinda principalmente de membros das mais diversas confissões religiosas que existiam na cidade – luteranos, evangélico-luteranos, presbiterianos, batistas e, especialmente, católicos.⁵⁸

Ainda que os antifeministas, temerosos do futuro da família e da nação, se apegassem às concepções tradicionais de feminilidade, as mulheres em Curitiba pleitearam sua incursão nos espetáculos teatrais, nas apresentações de música, no cinema; nos escritórios, ateliês e fábricas; nas ruas, praças e delegacias; nas festas cívicas, bailes, piqueniques, recepções, saraus e chás. Surgiram, também, mudanças significativas no vestuário que, aliadas à popularização dos exercícios físicos, libertaram, pelo menos em parte, a mulher da sua tradicional imagem de fragilidade e recato. Além do envolvimento feminino com todas as

⁵⁷ Ibid., pp. 256-257.

⁵⁸ Ibid., p. 111.

formas de encontros sociais e comemorações cívicas, existiram também mulheres que demonstraram um arrojo ainda maior, praticando esportes, dedicando-se à música, escrevendo livros e textos para periódicos.

A despeito disso, em Curitiba - como em todas as cidades brasileiras -, as possibilidades de profissionalização para as mulheres eram restritas. Poucas conseguiam adentrar o ensino de nível-técnico profissional ou superior e, as que conseguiam, eram incentivadas a permanecer no campo das humanidades e nas profissões ditas “femininas”, como o magistério, a enfermagem e o serviço social.

Apesar disso, a considerável expansão dos serviços nos meios urbanos acarretou na inserção de mulheres com algum nível educacional, vindas principalmente dos estratos médios, no mercado de trabalho; elas passaram, pois, a exercer os cargos de menor status e remuneração deste ambiente, tornando-se datilógrafas, secretárias, guarda-livros, contabilistas, taquígrafas, paginadoras, balconistas, vendedoras, telefonistas e também funcionárias públicas. As mulheres das classes baixas também conseguem trabalhar somente nas ocupações mais baixas hierarquicamente; a maior parte delas provinha das lavouras do interior ou das imigrações, e foram assimiladas pela zona urbana nos subempregos de cozinheira, arrumadeira, passadeira, garçonete, camareira, lavadeira, ama de leite e doméstica, em hospitais, escolas, hotéis e casas de famílias abastadas. Ingressaram, também, como operárias na nascente indústria curitibana, produzindo massas, fitas, fósforos, cigarros, sabão, acolchoados, fogos de artifício, caixas de papelão ou tamancos.⁵⁹ Existiam, além disso, algumas possibilidades de trabalho autônomo, mesmo para as que não provinham das classes altas, nas ocupações de donas de bares e pensões, costureiras, floristas, bordadeiras, parteiras, verdureiras, sem falar das atividades proibidas por lei como o curandeirismo, a cartomancia, a magia e, também, a prostituição.⁶⁰

As mulheres que, oriundas das classes média e alta, receberam educação formal e incentivo das famílias, tiveram a possibilidade de alcançar profissões remuneradas de maior prestígio, tornando-se médicas, dentistas, engenheiras, farmacêuticas e advogadas. Na educação, tiveram uma atuação ainda mais intensa, assumindo por vezes a posição de proprietárias de escolas e diretoras, sem falar de sua atuação enquanto professoras primárias e secundárias. Em Curitiba, após o esforço pioneiro de Julia Wanderley – primeira mulher a

⁵⁹ Ibid., pp. 271-274.

⁶⁰ A discussão mais extensa sobre as mulheres curitibanas e suas formas de atuação na esfera pública encontra-se em: TRINDADE. Op. cit.

cursar regularmente a Escola Normal –, um número cada vez maior de representantes femininas busca essa forma de trabalho remunerado. Aceita preferencialmente para solteiras ou viúvas, o magistério oferece um meio honesto de ganhar a vida, e proporciona uma certa ascensão na escala social.

No campo literário, algumas escritoras curitubanas também contribuíram para colocar em xeque o cânone da literatura, angariando espaço para sua produção, embora muitas vezes se mantivessem atreladas ao que era considerado apropriado às mulheres. Como nos diz Kamita, figuras como Júlia da Costa, Escolástica de Moraes Veloso, Maria Cândida de Jesus Camargo, apresentam as características geralmente atribuídas aos escritos femininos, tais como a eleição dos versos românticos como forma de expressão, a dedicação tardia à literatura como forma de aplacar a solidão, a predominância da religiosidade e a preocupação com a formação moral da sociedade.⁶¹

Ligadas ao feminismo, algumas escritoras subverteram o modelo de literatura feminina, utilizando o ensaio e o texto jornalístico como maneira de reivindicar os direitos das mulheres e expor suas opiniões sobre questões de seu tempo; entre elas, Mariana Coelho, Rachel Prado e Leonor Castelhana são as que mais se destacam, por terem participado ativamente do debate sobre o feminismo que se desenrolou na imprensa curitubana do começo do século XX.

As mulheres ocuparam, portanto, os espaços públicos de Curitiba de uma maneira cada vez mais ampla a partir do século XX. Embora seu passado seja praticamente desconhecido, muitas mulheres tomaram parte na vida da cidade, através do trabalho, da educação e das atividades sociais e culturais. Neste sentido, torna-se importante perceber que Mariana Coelho não estava isolada nas suas reflexões, mas que as mulheres de uma forma geral encaminhavam-se lentamente para um processo de modificação em seu pensamento e em suas posturas.

2.3 O debate sobre o feminismo em Curitiba

A imprensa, tanto em Curitiba como em outras cidades, representou um dos principais espaços para as mulheres letradas expressarem suas idéias, servindo como importante veículo de comunicação e instrumento de reflexão sobre a condição feminina. De fato, a imprensa

⁶¹ KAMITA. Op. cit., p. 146.

canalizou as energias da maior parte dos literatos e escritores brasileiros no começo do século XX, tendo um papel fundamental na constituição de um espaço de discussão pública que, ainda que limitado pelo fato de grande parte da população ser analfabeta, permitiu com que certos debates tomassem uma considerável amplitude; entre eles, os direitos das mulheres foram, indubitavelmente, um tema que rendeu discussões entre diversos defensores e opositores da causa feminista.

Em Curitiba, as mulheres letradas utilizaram amplamente a palavra impressa para expressar sua insatisfação com as restrições encontradas nos diferentes espaços da vida pública. Como ensaístas, poetas, biógrafas ou críticas, a participação das mulheres na imprensa curitibana foi importante, embora a maioria delas não tenha conseguido se profissionalizar neste espaço, mantendo atividades paralelas a produção de seus escritos.⁶² Contribuíram, contudo, com a produção cultural da cidade, inserindo temáticas até então menosprezadas pelos intelectuais do sexo masculino.

As discussões sobre os direitos políticos das mulheres, sobretudo o direito de voto, ganharam mais e mais espaço nos periódicos curitibanos a partir do começo do século XX. A defesa da emancipação feminina havia conquistado grande espaço na imprensa internacional, graças aos esforços dos movimentos feministas europeu e norte-americano; as atividades e idéias defendidas por estas feministas viraram tema de discussão também em Curitiba, estimulando o debate entre homens e mulheres a respeito da emancipação feminina.

A discussão mais intensa sobre os direitos das mulheres em Curitiba foi realizada nos primeiros anos do século XX por Nestor de Castro, Mariana Coelho e Georgina Mongruel, no jornal *Diário da Tarde* - tal como descreve a historiadora Cynthia Roncaglio.⁶³ Enquanto Mongruel defendia o direito da mulher se educar, mas condenava o direito de voto e, conseqüentemente, a inserção da mulher na vida pública, Coelho enfatizava a responsabilidade do sexo feminino na construção de um mundo guiado pelos valores da razão e do progresso. Mariana Coelho, feminista convicta, afirmava que a exclusão das mulheres havia equiparado elas aos seres irracionais, e somente a educação poderia elevá-las ao mesmo patamar dos homens, permitindo a elas conquistar sua autonomia econômica e social. Nestor de Castro, por sua vez, defendia os direitos das mulheres a seu modo; ele sugeria, na realidade, uma incompatibilidade entre a vida profissional e a vida doméstica, mas creditava também à educação o papel de emancipadora do sexo feminino.

⁶² RONCAGLIO. Op. cit., p. 78.

⁶³ Ibid., pp. 91-95.

Outros nomes surgem nos debates em Curitiba, tais como o de Elvira Paraná, que defendia a libertação feminina através da instrução, por serem as mulheres responsáveis diretas pelo desenvolvimento dos futuros cidadãos e, conseqüentemente, pelo progresso da nação. Do outro lado, Gastão Faria aparece como representante do temor masculino da mulher concorrente, que ameaçaria sua virilidade e suas funções na sociedade.

Embora com alguns pontos distintos, pode-se diferenciar os pensadores que refletiam a respeito da questão dos direitos e da emancipação feminina entre “feministas” e “antifeministas.”⁶⁴ Na realidade, os movimentos feministas brasileiros, especialmente os que tiveram lugar nas décadas de 1920-1930, levantaram uma forte reação antifeminista, que culminaria com o sufocamento do movimento – assim com de todos os outros movimentos sociais - com a instalação da ditadura em 1937.

Uma das estratégias mais eficazes do antifeminismo foi a ridicularização e a vulgarização do feminismo, que restringia uma compreensão mais aprofundada deste movimento por parte do público leigo. Como nos diz Besse, ao mesmo tempo que a imprensa foi responsável pela popularização do feminismo, ela levou à banalização de sua imagem e à distorção de seu significado.⁶⁵ Politicamente conservadores, os opositores do movimento buscaram em muitos momentos construir uma justificativa científica para a suposta inferioridade da mulher, que mascarava os preceitos morais embutidos.

Uma das interpretações mais recorrentes relativas à condição feminina afirmava que as mulheres desfrutavam de uma posição de superioridade moral e, por este motivo, elas deveriam ser mantidas fora do mundo corrupto e ganancioso do trabalho e da política. Mantinha-se, além disso, a idéia de “missão primordial” da mulher enquanto mãe e mantenedora do lar, sendo que sua entrada no espaço público seria uma violação da ordem “natural” das coisas. Outro argumento era de que o feminismo ameaçava a instituição familiar quando questionava a divisão dos papéis sexuais, o que levaria, por sua vez, a uma profunda degeneração moral e a um verdadeiro colapso da sociedade.

Sem dúvida, as manifestações do antifeminismo estiveram intimamente associadas com o pensamento católico reacionário, que ganhava forças no Brasil nas décadas de 1920 e 1930. O catolicismo, como é sabido, entende a maternidade como atribuição direta de Deus, e

⁶⁴ Os termos estão entre aspas porque dificilmente pode-se afirmar enfaticamente a respeito do posicionamento desses intelectuais enquanto feministas, principalmente. Embora muitos deles pudessem estar de acordo no que se refere ao direito feminino de se educar, a maioria ainda mantinha inúmeras restrições para a participação das mulheres nos espaços públicos.

⁶⁵ BESSE. Op. cit., p. 214.

assevera que as mulheres não devem se desviar de suas tarefas domésticas. Estes preceitos católicos não deixam, contudo, de ser tão somente o ponto extremo de uma concepção materna que é comum ao pensamento da época, e que perpassa a reflexão dos mais diferentes grupos.⁶⁶

É certo que a crítica mais exacerbada à liberdade defendida pelo feminismo é caracteristicamente masculina, evidenciando o temor dos homens a respeito das conseqüências que a ausência da mulher no lar poderia acarretar; contudo, a maioria das mulheres e, até mesmo as feministas, continuaram a aceitar as tradicionais atribuições femininas como “naturais” e a buscar auto-realização nos seus papéis domésticos.⁶⁷

Quando a discussão sobre o voto entrou em pauta, especialmente a partir da década de 1920, Curitiba também mostrou seus partidários e oponentes, como foi mencionado no debate de Coelho, Mongruel e Castro. Enquanto os opositores corroboravam a exclusão da mulher do direito de voto pelo receio da dissolução da família que acompanharia o sufrágio, os defensores muitas vezes pregavam a defesa do voto também partindo de princípios semelhantes, embasando-se nas “qualidades femininas”, como a bondade, a aversão à violência, o altruísmo, qualidades estas que poderiam sanar os males sociais e corrigir os erros masculinos.

A questão da constitucionalidade do voto feminino também foi um tema exaustivamente tratado nesses debates, pois como a lei dizia que todos os cidadãos brasileiros poderiam votar, muitas mulheres requeriam seu alistamento afirmando estarem incluídas no termo “cidadãos”. Alves relata, em seu livro, todo o desenrolar destas discussões na imprensa brasileira, e de que modo algumas mulheres conseguiram se tornar eleitoras em seus respectivos Estados mesmo antes da promulgação do sufrágio em 1932. Isto porque, além dos esforços individuais para provar a constitucionalidade do voto, alguns governadores se adiantaram à lei federal, permitindo o voto feminino nas eleições regionais. Foi deste modo que Alzira Soriano foi eleita prefeita de Lajes em 1928, município localizado no Rio Grande do Norte, primeiro estado onde várias mulheres puderam, pela primeira vez, votar e ser votadas.⁶⁸

Toda essa discussão a respeito da expansão da participação feminina teve um lugar no cenário intelectual brasileiro pelo fato do pensamento republicano estar pautado por noções de

⁶⁶ TRINDADE. Op. cit., p. 124.

⁶⁷ BESSE. Op. cit., p. 223.

⁶⁸ ALVES. Op. cit., p. 119.

cunho progressista e liberal. Este ideário republicano propiciou, portanto, uma abertura inegável no que se refere aos papéis atribuídos às mulheres no começo do século XX, permitindo a elas realizar atividades que até então eram exclusivamente masculinas. A influência liberal, aliada às concepções do positivismo, configurou a imagem da “nova mulher republicana” que, ainda que atrelada às concepções tradicionais de feminilidade, permitiu uma inserção efetiva das mulheres em diversos ambientes da sociedade. Neste contexto, as feministas desempenharam um importante papel na construção de novas concepções a respeito das atribuições políticas das mulheres, bem como de suas funções sociais.

Em Curitiba, que procurava seguir as correntes de pensamento mais atualizadas para alcançar o status de cidade progressista e “evoluída”, encontra-se um eco de todo este imaginário vigente durante o período republicano, especialmente se forem focados os seus intelectuais. Como nos diz Trindade, “*ao entrecruzar as diversas polêmicas que agitam Curitiba na Primeira República, não está certamente alheio o tema mulher, sujeito às influências de cada grupo, de cada concepção e de cada ideal feminino*”.⁶⁹ Resta agora compreender o lugar de Mariana Coelho neste cenário intelectual, procurando demonstrar o lugar de destaque que esta pensadora alcançou na Curitiba do começo do século XX.

2.4 Mariana Coelho: uma feminista em Curitiba

Mariana Coelho foi uma das maiores feministas do Brasil no período de fins do século XIX e primeiras três décadas do século XX. Isto porque sua principal obra, o volumoso ensaio *A evolução do feminismo: subsídios para a sua história*, constitui um dos mais importantes relatos já produzidos no Brasil a respeito da situação da mulher no mundo. Neste livro, Coelho expressou as idéias que embasaram a luta de toda sua vida, relativas à emancipação feminina e ao direito da mulher de ter as mesmas oportunidades que os homens, tanto no campo da educação e do trabalho, quanto no campo político.

O feminismo de Coelho é sufragista, igualitarista, liberal, pautado na valorização de uma educação feminina equivalente a dos homens. Isto não significa que Coelho levasse suas reivindicações a extremos; ao contrário, ela menciona freqüentemente a idéia de que a mulher não deve “*jamais abandonar o seu primordial e simpático papel, que sempre representará, vitorioso, no lar*”.⁷⁰ A mulher não deve, portanto, se furtar de suas obrigações enquanto

⁶⁹ TRINDADE. Op. cit., p. 113.

⁷⁰ COELHO, Mariana. Chronica da Moda. **Diário da Tarde**. Curitiba, 1 de março de 1901.

esposa, mãe e dona-de-casa; tais deveres não são, contudo, incompatíveis com a aquisição de direitos políticos e sociais.

Antes de entrar mais profundamente nas idéias desta feminista, é necessário tomar conhecimento de sua biografia. Mariana Coelho nasceu em Portugal, no dia 10 de setembro de 1857,⁷¹ em Vila de Sabrosa, distrito de Vila Real. No ano de 1892, mudou-se definitivamente para o Brasil com toda a sua família, passando a residir em Curitiba até sua morte, em 29 de novembro de 1954. Nesta cidade, foi educadora e publicista, fundando o Colégio Santos Dumont e dirigindo a Escola Profissional República Argentina, ambas para mulheres. Como escritora, deixou uma importante e vasta obra que é composta por poesia, contos, estudos de história da literatura, traduções, artigos em periódicos, além de seu grande ensaio já citado.

O fato de Mariana Coelho nunca ter se casado nem ter tido filhos evidencia uma considerável parcela de sua militância, pois embora afirmasse freqüentemente que a missão primordial da mulher era a maternidade, ela clamava pela possibilidade de se escolher um outro destino, com ambições educacionais e profissionais. De fato, a ênfase que Coelho dispensa à afirmação do valor da maternidade pode ser compreendida como uma estratégia, que tinha o intuito de validar seus argumentos e legitimá-la no cenário intelectual. Sem dúvida, seria muito difícil para uma mulher do seu tempo proferir um discurso a favor do celibato, em face do conservadorismo da sociedade brasileira no começo do século XX. Mesmo assim, ela foi contra os padrões impostos a mulher do seu tempo e dedicou sua vida somente a suas atividades na esfera pública, tanto como educadora, quanto como escritora.

Mariana Coelho foi uma pioneira na educação no Paraná, utilizando modernos métodos de ensino na escola que fundou em Curitiba. Como publicista, colaborou em inúmeros periódicos, tanto do Brasil como de seu país natal.⁷² Sua produção literária também foi profusa; destacam-se o livro de história literária *O Paraná mental*, a conferência publicada *Um brado de revolta contra a morte violenta*, o livro de contos *Cambiantes* e o ensaio *A evolução do feminismo*. Dedicando-se a diversos gêneros literários, é como ensaísta que Coelho se destaca, principalmente se considerarmos o fato de que era incomum às mulheres

⁷¹ Existem controvérsias a respeito no ano de nascimento de Mariana Coelho. Rosana Kamita, que realizou um importante trabalho de pesquisa sobre essa feminista concluiu que, de fato, ela nasceu em 1857. Outras obras de referência mencionam os anos de 1872, 1873, 1857 e 1858. KAMITA. Op. cit., pp. 15-16.

⁷² De Portugal: *O Comércio de Vila Real, Jornal da Manhã e A Voz Pública*; do Brasil: *Diário do Comércio, A República, O Cenáculo, Almanaque Paranaense, Gazeta do Povo, A Pena, O Sapo, O Beijo, Breviário, Diário da Tarde, Folha Rósea, Olho da Rua, Fanal, A Bomba, Comércio do Paraná, Senhorita, Prata da Casa, A Sempreviva, O Estado do Paraná*, dentre outros. Citado em: COELHO. **A evolução do feminismo**. Op. cit., p. 19.

do seu tempo se dedicar a um tipo de escrita que expressava opiniões e defendia idéias. Como nos diz Kamita, “*o fato de Mariana Coelho ter sido uma árdua defensora de seus ideais, de ter enfrentado a sociedade de seu tempo, de certa forma justifica que tenha sido através do ensaio sua maior contribuição às letras.*”⁷³

Em Curitiba, encontrou um meio intelectual relativamente desenvolvido, possibilitando a interlocução e o debate que, em muitos momentos, foram promovidos pela própria Coelho. Encontrando certa resistência a suas propostas, Coelho não arrefeceu sua luta pela defesa das mulheres e, também, por outros ideais como o pacifismo, combatendo através da palavra os seus opositores. Sem dúvida, a conjugação de diversos fatores contribuiu para que Coelho fosse alvo de certo repúdio e hostilidade, pois sendo ela uma mulher imigrante, os obstáculos que ela teve de transpor não devem ter sido poucos. Porém, buscando sempre marcar veementemente seus espaços, esta intelectual, de fato, alcançou uma posição de destaque nos campos em que atuou, tais como a educação, a imprensa e a literatura, e chegou inclusive a ser sócia do Centro de Letras do Paraná e a participar do Centro Paranaense Feminino de Cultura.

A respeito de suas obras, *O Paraná mental* constitui um trabalho de fôlego no que diz respeito à história da produção cultural desse Estado. Embora seja essencialmente um livro de crítica literária, Coelho reservou um capítulo para tratar das idéias feministas que eram, na realidade, a base de todo o seu pensamento. A obra, que trata de uma temática distinta e era dirigida para um público amplo, colocava a questão dos direitos das mulheres em evidência, criando novas oportunidades para a ampliação deste debate.

Um brado de revolta contra a morte violenta foi um texto apresentada por Mariana Coelho numa conferência, no ano de 1934, onde ela defendeu os ideais pacifistas, opondo-se veementemente à pena de morte. O exemplo escolhido pela autora para o desenvolvimento de suas idéias foi a execução de Mata Hari,⁷⁴ o que permitiu, ao mesmo tempo, com que Coelho mencionasse suas concepções a respeito da emancipação feminina. Discorreu longamente sobre a guerra, já prevendo o flagelo da Segunda Guerra Mundial, e afirmou a necessidade da valorização da paz mundial e do fim dos conflitos bélicos.

Percebe-se, assim que Mariana Coelho, em todos os momentos de sua vida, mostrava-se uma pessoa extremamente crítica, não se deixando enredar em preconceitos infundados.

⁷³ KAMITA. Op. cit., p. 25.

⁷⁴ Mata Hari foi uma bailarina holandesa acusada de ser espiã da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Ela foi condenada à morte por fuzilamento pela França, mas sua culpa nunca foi comprovada.

Apoiava uma democracia sem distinção de raças ou crenças, o que deixa claro que ela se distanciava grandemente da maioria de seus contemporâneos. Ao mesmo tempo, sua produção literária comprova o quanto Coelho estava a par das principais questões de seu tempo, e como em nenhum momento ela se furtou de se posicionar contra as injustiças do mundo em que vivia.

Mariana Coelho, de fato, estava inserida, através de suas manifestações intelectuais, em uma ampla rede de intelectuais brasileiros, tanto feministas quanto não-feministas. É sabido que ela mantinha intenso contato através de cartas, telegramas e viagens com pessoas que possuíam ideais em comum. O fato, portanto, de ter fixado residência em Curitiba não era um impedimento para que a intelectual se mantivesse uma feminista atuante e uma educadora moderna.⁷⁵ Ela não se considerava geograficamente limitada por viver em uma cidade afastada dos grandes centros da intelectualidade, e em Curitiba ela fomentou a discussão a respeito dos direitos das mulheres durante mais de três décadas.

Sua importância enquanto intelectual pode ser denotada se for considerado o fato de que sua obra, *A evolução do feminismo*, foi publicada por uma editora da capital do país. Isto significa que Coelho havia alcançado alguma repercussão nos meios intelectualizados brasileiros, dadas suas contribuições para o alargamento de diversos debates, especialmente aqueles que dizem respeito aos direitos das mulheres. Kamita aponta algumas das muitas críticas que Coelho recebeu no Brasil e no mundo, quando da publicação de seu ensaio, o que apenas confirma a idéia de que a produção de Coelho merecia destaque dentro do campo intelectual.⁷⁶

Leonor Castellano, no prefácio do livro póstumo de Mariana Coelho, *Palestras Educativas*, também corrobora a idéia de que Coelho era uma figura de extrema importância, não só no meio feminista, mas na cena intelectual brasileira de uma forma ampla. Em memória de Mariana Coelho logo após a sua morte, Castellano – então presidente do Centro de Letras do Paraná - diz que tal homenagem se devia “*aos seus méritos incontestáveis de escritora, cujos trabalhos intelectuais constituem, há muitos anos, um patrimônio de altíssimo valor para a vida literária do Paraná*”;⁷⁷ diz também que o reconhecimento de Mariana Coelho era inegável, citando alguns dos principais nomes da intelectualidade paranaense que lhe prestaram reverência.

⁷⁵ KAMITA. Op. cit., p. 35 e p. 46.

⁷⁶ Ibid., pp. 65-66.

⁷⁷ CASTELLANO, Leonor. À guisa de prefácio.... IN: COELHO, Mariana. **Palestras educativas**. Curitiba: Edição do Centro de Letras do Paraná, 1956, pp. 8-9.

Como afirma Castellano, a participação literária de Coelho estendeu-se durante sessenta e dois anos, da mocidade à velhice.⁷⁸ É certo que durante tão longo tempo, algumas das concepções da autora devam ter se modificado, todavia, suas idéias principais parecem ter se mantido inalteradas, pois sua luta pela defesa das mulheres não teve trégua durante sua atuação de mais de meio século na sociedade paranaense.

Colocadas todas essas considerações a respeito da biografia de Mariana Coelho, seguimos com a análise propriamente dita das fontes de nossa pesquisa, procurando apreender de forma mais aprofundada o pensamento desta feminista, bem como a maneira pela qual ela se insere nos quadros do movimento feminista brasileiro, e também no campo intelectual paranaense.

⁷⁸Ibid., p. 9.

3 O PENSAMENTO DA FEMINISTA MARIANA COELHO

Tendo sido devidamente contextualizados, tanto o período em que viveu Mariana Coelho – e, logo, o conjunto de idéias que permeava a sociedade brasileira letrada naquele momento –, quanto o desenvolvimento do movimento feminista brasileiro e suas expressões no debate entre os intelectuais curitibanos, o terceiro capítulo procura se aprofundar na análise das idéias de Mariana Coelho, utilizando tanto as fontes da imprensa quanto seu ensaio já mencionado.

Muitas das questões colocadas para as fontes selecionadas foram, em parte, respondidas pelo trabalho de Rosana Kamita, que teve sua tese de doutorado publicada no ano de 2005, pela Editora Mulheres. Nossa pesquisa, contudo, teve início anteriormente à publicação desse livro, que apontou para conclusões semelhantes a respeito da posição de Mariana Coelho no seio do feminismo brasileiro, bem como sobre o próprio valor de sua obra. Outras informações presentes no livro elucidaram algumas dúvidas que possuíamos, especialmente a respeito da biografia de Coelho. O trabalho de Kamita é, sem dúvida, uma grande contribuição para nossa pesquisa e, principalmente, para a análise das fontes propriamente ditas, sem mencionar sua importância enquanto um trabalho de resgate de uma escritora feminista tão admirável como foi Mariana Coelho.

No capítulo em questão, procuramos inicialmente traçar um panorama do pensamento de Coelho, para, em seguida, adentrarmos mais detalhadamente nas principais idéias que esta pensadora procurava transmitir em seus escritos. É importante ressaltar que, dadas as enormes proporções do ensaio, seria impossível realizar uma análise detalhada das fontes; contudo, temos a intenção de mostrar um quadro amplo do pensamento de Coelho, apontando para o caráter extremamente crítico, combativo e inteligente de sua escrita.

3.1 As principais idéias de Mariana Coelho

Mariana Coelho foi uma figura de grande destaque dentro do feminismo brasileiro das primeiras décadas do século XX. Assim como outras pensadoras, escreveu inúmeros artigos para a imprensa local, onde procurava divulgar as idéias de direitos iguais e de emancipação feminina. Entretanto, Coelho foi muito além dos jornais, empreendendo uma obra de imensas proporções tal como é seu livro *A evolução do feminismo*, publicado pela primeira vez em

1933, pela Editora Moderna.⁷⁹ Este ensaio, obra-prima de Mariana Coelho, é seu texto mais significativo tanto no que se refere à demonstração de suas concepções feministas, quanto naquilo que permite entrever seu valor enquanto intelectual.

De fato, *A evolução do feminismo* é uma peça rara e surpreendente no Brasil do início do século XX. Nele, Coelho realizou um importante retrospecto do movimento feminista e da luta pelo sufrágio em dezenas de países ocidentais e orientais, detalhando inúmeros fatos relativos a tais movimentos; simultaneamente, buscou descrever a atuação das mulheres nas mais diferentes áreas profissionais, com a intenção de provar as potencialidades e as capacidades femininas. Sendo assim, traçou a participação das mulheres em âmbitos tão variados quanto na religião, nas guerras, na política e na administração pública, nas ciências e nas letras, nas artes em geral, na imprensa; realizou, por fim, uma interessante discussão a respeito da relação entre o amor, nas suas diferentes manifestações, e as mulheres, dando vazão a algumas de suas mais contundentes críticas à subordinação feminina.

Mariana Coelho menciona muitas personagens femininas do passado que se empenharam em alguma forma de luta em prol das mulheres, além de citar também diversos autores consagrados da literatura mundial, o que demonstra sua vasta erudição. Escreveu, ainda em seu ensaio, sobre diversas questões que estavam na ordem do dia tais como pacifismo, socialismo, violência, civismo, mostrando, mais uma vez, sua participação ativa nas discussões de seu tempo.

Embora a emancipação feminina seja o tema principal dos escritos de Coelho, o pacifismo presente em suas idéias é patente, bem como sua análise da ruptura provocada pela Primeira Guerra Mundial na situação das mulheres no mundo. A autora analisa, em seu ensaio, o fortalecimento do movimento feminista no princípio do século XX, entendendo-o como uma corrente que se ampliou em face das atividades das mulheres durante a guerra e, também, das transformações sociais decorrentes deste conflito.⁸⁰

O livro de Coelho divide-se em sete partes, onde ela delineia sua análise acerca da situação da mulher em diversos espaços sociais; assim, há um capítulo sobre as atividades do feminismo de uma forma global, outro sobre algumas das profissões em que as mulheres se destacaram, além de outros trechos que procuram descrever a sua participação na política, na administração, nos trabalhos durante a guerra, chegando mesmo a elucubrar sobre a posição das mulheres dentro das religiões.

⁷⁹ MUZART, Zahidé. Apresentação. IN: COELHO. **A evolução do feminismo**. Op. cit., p. 13.

⁸⁰ Ibid., p. 16.

Desde a introdução do ensaio escrita pela autora, já é possível apreender grande parte do ideário que perpassa seu pensamento e que, por sua vez, está centrado nas noções de progresso e desenvolvimento da nação – de maneira semelhante à maior parte dos intelectuais que viviam naquele tempo. De fato, para Mariana Coelho, os direitos das mulheres fazem parte de uma cadeia que alcança seu fim somente com a obtenção de justiça e igualdade. Portanto, a emancipação feminina embasa-se em uma profunda crença no poder dos direitos – essencialmente políticos –, que seriam, segundo sua visão, capazes de reabilitar a posição de inferioridade em que se encontrava o sexo feminino. O feminismo, neste sentido, seria um dos pontos de convergência do progresso.

Mariana Coelho demonstra, ainda nessa introdução, a intenção de realizar um trabalho de caráter científico, que colabore na formação de uma história completa do feminismo, desprovida de facciosismos, embora esta última afirmação seja um tanto contraditória frente às afirmações de seu posicionamento enquanto feminista e evolucionista. Ao mesmo tempo, a autora parece possuir uma visão universalista dos direitos ao afirmar que a intenção de seu trabalho seria auxiliar as “*dignas companheiras de todo o mundo, para que a completa reabilitação do nosso sexo seja um fato em toda a parte*”,⁸¹ ignorando, portanto, as diferenças culturais e sociais das mulheres dos países não ocidentais, nos quais as noções de justiça e igualdade não possuem o mesmo sentido. Ela chega mesmo a dizer que as mulheres ocidentais seriam um exemplo para suas companheiras orientais, pois seriam capazes de inculcar nestas suas próprias pretensões de emancipação e elevação do papel social da mulher.

O feminismo seria, segundo as palavras de Coelho, o digno resultado das ações femininas durante a Primeira Guerra Mundial, período visto como a “primavera” do movimento. Para a autora, a vida moderna impele a mulher a alargar sua esfera de ação para fora da vida doméstica, o que impulsiona decisivamente o movimento mundialmente denominado *feminismo*; ela afirma ainda que, ao invés de feminismo, o movimento deveria ser chamado *humanismo*, o que parece apontar para a negação da especificidade da luta feminista, englobando-a num sistema que atuaria sobre o destino da humanidade como um todo.⁸²

Para Mariana Coelho, acima do sufrágio, a luta feminista deveria partir da instrução, fundamental para a igualdade entre homens e mulheres. A partir de uma instrução equivalente à do sexo dominante, seria possível para as mulheres alcançar sua emancipação, tanto

⁸¹ COELHO. **A evolução do feminismo**. Op. cit., p. 29.

⁸² Ibid., p. 31.

econômica quanto social. A mulher latina, segundo sua opinião, ao se mostrar indisposta para a conquista da igualdade política, apenas prova o conteúdo “feminil” de sua educação, já que nos países onde esta é “masculinizada”, as mulheres aderem à luta pela “natural” evolução e pelo senso de justiça social por elas adquirido.⁸³ Desta maneira, Coelho associa o masculino com aquilo que é considerado essencial: a racionalidade, a ciência, o conhecimento.

O equilíbrio da sociedade somente poderia ser alcançado através da evolução e do progresso nos quais devem, irremediavelmente, estar presentes o cultivo e o esclarecimento do espírito feminino em paralelo ao espírito masculino; assim sendo, a autora parece demonstrar a opinião de que as mulheres devem equiparar-se aos valores masculinos, negando uma feminilidade que as restringe e submete. Por certo que esta é uma visão masculinista da igualdade, onde as características tipicamente femininas são renegadas em prol da transformação da mulher em uma equivalente do homem; contudo, estas concepções se encaixam perfeitamente no conjunto de idéias predominantes numa sociedade recém saída do século XIX.

Ao tratar a educação como base de uma igualdade que poderia ser alcançada “naturalmente”, Mariana Coelho aparenta certo otimismo num tempo futuro, onde espera que seu ideal se imponha e o progresso se mostre de fato inevitável. Todavia, ela afirma também, de forma um tanto contraditória, não ter a pretensão particular de alcançar posições políticas ou profissões masculinas – ou seja, administrativas.⁸⁴ Desta maneira, Coelho parece se esquivar frente às aspirações femininas de ocupar cargos públicos, centrando suas reivindicações em outras questões.

Na opinião da autora, a guerra desempenhou um papel extremamente importante na evolução da humanidade, já que foi uma chance essencial para as mulheres desempenharem funções até então restritas aos homens e demonstrar seu potencial. Ao mesmo tempo, a guerra levou a que as mulheres recebessem retribuições pela demonstração de civismo expressa nas tarefas em que substituíram os homens. Ou seja, a guerra modificou a velha rotina dos países da Europa e os Estados Unidos, abalando convicções, colocando as velhas hierarquias em xeque e sancionando o direito ao trabalho por parte das mulheres. Desta maneira, ocorreu a transformação “*dessa sociedade decrépita numa esperançosa sociedade nova*”.⁸⁵ A autora era, portanto, partidária da evolução e do progresso, pois acreditava que isso levaria à

⁸³ Ibid., p. 32.

⁸⁴ Ibid., p. 34.

⁸⁵ Ibid., p. 33.

emancipação das mulheres, ao mesmo tempo que colocaria o sexo feminino numa posição de maior igualdade com os homens.⁸⁶

Na mesma direção de suas afirmações sobre o papel da guerra, a autora de *A evolução do feminismo* vê nas lutas feministas um degrau a ser alcançado não somente para promover a conquista dos direitos civis e políticos que cabem às mulheres, mas também para promover um verdadeiro “*aperfeiçoamento moral da humanidade*”.⁸⁷ Assim sendo, Coelho deixa entrever sua idéia de que a igualdade é, acima de tudo, uma questão de cunho moral. Ao mesmo tempo, afirma que a entrada das mulheres no espaço público visa combater a miséria, o crime e o vício, responsáveis pela triste situação da sociedade de seu tempo; com tal afirmação, torna-se possível vislumbrar as idéias da autora relativas a um destino feminino centrado no cuidado dos outros e no altruísmo supostamente característico da alma feminina. Nas palavras de Coelho: “(...) *Não admite contradição a afirmativa de que a alma feminina é naturalmente mais talhada que a masculina para conseguir a extinção (...) dos males que infelicitam o mundo.*”⁸⁸ A mulher é, então, vista como um ser voltado para o sacrifício em prol do bem-estar alheio, logo, a aquisição de seus direitos políticos teria por finalidade lutar pelos fins enaltecidos da moral; o sexo feminino permanece sendo, como é tradicionalmente considerado, o principal responsável pela manutenção moral da sociedade.

Em muitos momentos, Mariana Coelho confirma as prerrogativas acerca da personalidade e dos papéis tradicionalmente femininos, mas em outros ela parece utilizar tais afirmações para legitimar as reivindicações feministas frente a seus opositores que, freqüentemente, utilizavam o argumento de que a aquisição de direitos desestruturaria a personalidade naturalmente maternal e altruísta das mulheres.

Mariana Coelho conclama, pois, as mulheres a se instruírem para poderem formar o espírito, o coração e o caráter da humanidade futura, dedicando-se de corpo e alma a uma educação digna e valorosa para seus filhos. Permanece também, durante todo seu longo ensaio, buscando incentivar as mulheres a permanecer no seu “*altruístico tentame de remodelar moral e socialmente o mundo*”.⁸⁹ O objetivo de toda a luta feminista seria, portanto, o aperfeiçoamento da humanidade, e era necessária, enfim, a absoluta dedicação feminina à coletividade humana.

⁸⁶ KAMITA. Op. cit., p. 41.

⁸⁷ COELHO. *A evolução do feminismo*. Op. cit., p. 34.

⁸⁸ Ibid., p. 34.

⁸⁹ Ibid., p. 390.

As fontes da imprensa, de uma maneira geral, reforçam muitas das opiniões de Coelho acerca dos temas já mencionados, presentes no livro. Em vista do curto período abarcado por estas fontes (1898-1901), é possível perceber bastante coesão na fala de Mariana Coelho com relação ao feminismo e à emancipação feminina. Há, no conjunto dos cinco artigos, a predominância de uma discussão onde a autora afirma que o progresso social e intelectual das mulheres é quase que inevitável em face do progresso das civilizações; entretanto, para que o progresso feminino se concretize de fato são fundamentais as contribuições advindas da educação bem como da formação profissional, que permitiriam à mulher alcançar o “*lugar que lhe compete entre a comunidade humana*”.⁹⁰

Coelho afirma, num dos artigos, que apesar de ser uma defensora da emancipação feminina, esta deveria ser relativa, não isolando “*o vulto feminino de toda essa atraente e doce poesia que o cerca no lar – pois só aí encontrará o império que mais lhe compete e que melhor corresponde (...) a sua amorável e melindrosa natureza*”.⁹¹ É certo que neste trecho Mariana Coelho se mostra mais tímida e conservadora em suas reivindicações, dando uma grande ênfase à suposta natureza feminina.

Se realizarmos uma aproximação entre os escritos da imprensa e o livro *A evolução do feminismo*, percebe-se que Mariana Coelho permaneceu durante mais de três décadas com os mesmos ideais e com os mesmos objetivos em mente, quando lançava sua voz através de seus textos. Entretanto, as fontes da imprensa possuem um tom mais velado e apaziguador no que se refere à emancipação feminina, enfatizando, com mais veemência que no ensaio, a importância da mulher não se esquivar de seus papéis domésticos. Isto pode ser interpretado como um certo receio de Coelho, que vivendo há pouco tempo na cidade de Curitiba – e vale lembrar, ela também era uma imigrante recém-chegada no Brasil -, não se sentia à vontade para defender de maneira mais enfática os direitos das mulheres. Mantinha, portanto, suas idéias disfarçadas, para que não suscitasse grande oposição, permitindo a ela continuar sua luta e sua defesa das mulheres através da palavra escrita.

A discussão entre Mariana Coelho e Georgina Mongruel, comentada no capítulo anterior, deixa isto bastante evidente, pois todo o tempo a feminista reafirma que sua intenção não é desvincular a mulher das suas funções de mãe e esposa, mas conciliar a elas uma

⁹⁰ Ibid., p. 29.

⁹¹ COELHO, Mariana. Emancipação da mulher. **A colméia**. Curitiba, julho de 1898, pp. 2-3. A ortografia deste trecho foi atualizada.

educação sólida e um emprego honesto, quando fosse necessário.⁹² A respeito do voto, assevera que, por ser inato na mulher o recato e a tendência para a moral, a mulher saberia proceder corretamente a respeito de tal direito, não quebrando a harmonia de seu “delicado sexo”.⁹³ Conclui-se, portanto, que durante os anos que marcam a passagem do século XIX para o século XX, Mariana Coelho ainda mantinha suas reivindicações num plano mais superficial, embora elas tenham sido essenciais para dar início ao debate a respeito dos direitos da mulher na “provinciana” sociedade curitibana. Sua crítica iria se radicalizar nas décadas seguintes, chegando à manifestação das concepções absolutamente revolucionárias para seu tempo, presentes em alguns trechos do livro *A evolução do feminismo*.

3.2 Reflexos do pensamento intelectual brasileiro em Mariana Coelho

Considerando que Coelho era uma figura de grande destaque entre os intelectuais curitibanos e brasileiros, é possível constatar sua participação efetiva nestes círculos de discussão. Isto porque, a partir da análise dos seus textos, torna-se possível apreender o ideário de que a autora compartilhava, relacionado ao imaginário republicano e às influências que este recebia das teorias científico-filosóficas européias. Dentre elas, pode-se mencionar o positivismo de Auguste Comte, o liberalismo, a eugenia e o cientificismo, como teorias que se inserem no modo como Mariana Coelho concebia a realidade.

Embora Coelho se mostrasse favorável às idéias do positivismo em alguns momentos, em outros ela desferia duras críticas, utilizando a estratégia de aproveitar as idéias desta teoria que pudessem corroborar suas intenções e seus projetos. Neste sentido, ela retira do positivismo a valorização da mulher e do elemento feminino, que teria a capacidade de regenerar uma humanidade degradada. A mulher, sendo um ser superior moralmente, teria as condições adequadas para promover o aperfeiçoamento moral de todos, através do uso sensato dos direitos por ela adquiridos. Como nos diz Mariana Coelho: “*O fim mais nobre – o alvo para que pendem a inteligência e o espírito das feministas, é o aperfeiçoamento moral, físico e intelectual da família humana, isto é: um aperfeiçoamento que corresponda à esperança e idealização de uma sociedade nova.*”⁹⁴ Apesar da ligação de Coelho com algumas concepções advindas do positivismo, esta autora também realizou críticas a Comte, afirmando

⁹² COELHO. *Chronica da Moda*. Op. cit.

⁹³ COELHO, Mariana. *Emancipação da mulher*. **Diário da Tarde**. Curitiba, 4 de março de 1901.

⁹⁴ COELHO. *A evolução do feminismo*. Op. cit., p. 273.

que sua teoria seria paradoxal, ao afirmar que a força do homem é de comando e a da mulher é de submissão; critica, portanto, a inferiorização que coloca as mulheres no mesmo nível dos irracionais e dos loucos. Aponta, além disso, o absurdo da idéia de Comte de que as mulheres deveriam se manter na “viuvez eterna”, afirmando que a liberdade feminina não poderia ser restringida desta maneira.⁹⁵

No que diz respeito ao liberalismo, Mariana Coelho se pauta grandemente em suas concepções individualistas, partindo do princípio de que a mulher, sendo um indivíduo nos mesmos moldes que os homens, deveria possuir os mesmos direitos que eles. O voto, manifestação máxima da democracia, seria, para Coelho, uma maneira de elevar socialmente as mulheres, dando-lhes condições de interferir na esfera política para a realização das nobres aspirações a que o espírito feminino pedia, tais como a paz, a harmonia e o bem da humanidade.

Para Coelho, as injustiças a que as mulheres estariam submetidas levariam, irremediavelmente, à estagnação do progresso, idéia que mostra a cobertura evolucionista de seu pensamento. De fato, a ação feminina nos destinos da pátria seria em tudo eficaz, pela superioridade da sensatez muitas vezes demonstrada pelas mulheres, e pelo seu firme propósito de auxiliar na evolução da sociedade. Coelho ironiza quando diz que mesmo os países monárquicos permitem a ascensão de uma mulher ao poder, enquanto os governos republicanos, supostamente pautados pela igualdade e fraternidade, permaneciam numa obstinada relutância em realizar concessões políticas às representantes do sexo feminino.

A luta pelo sufrágio feminino e pelos direitos civis – tal como a manutenção do nome e da nacionalidade da mulher casada, o direito da esposa de ser responsável pelo seu patrimônio, entre outros - seria, portanto, “*uma grande campanha liberal*”,⁹⁶ onde a mulher deveria adquirir direitos que compensassem seus deveres enquanto cidadã, deveres estes que ela tão dedicadamente vinha cumprindo. Afirma Coelho que “*o voto não é uma concessão (...) mas sim um direito sem prejuízo, originado da própria natureza, porque pela sua condição, as mulheres fazem parte do agregado humano e do agregado político.*”⁹⁷

A autora assevera também que a reconstrução moral da sociedade, centrada na figura feminina, se apóia na doutrina da eugenia, cujo intuito é o de “*conseguir a sublime cura de*

⁹⁵ Ibid., pp. 372-373.

⁹⁶ Ibid., p. 167.

⁹⁷ Ibid., p. 193.

todas as chagas que atingem a alma humana".⁹⁸ A eugenia era, neste momento, uma doutrina que contava com a simpatia e a defesa entre médicos e intelectuais brasileiros, inclusive feministas, o que revela as contradições do movimento feminista de então, ao creditar a uma doutrina racista o poder de realizar a reconstrução social.

Pode-se mencionar ainda, a respeito do ensaio de Coelho, o intento da autora em construir uma obra de caráter científico, impulsionada por uma "*razão renovada e esclarecida*",⁹⁹ onde procurava negar qualquer tipo de romantismo em relação à posição das mulheres no mundo. Afirma, desta maneira, a capacidade das mulheres enquanto seres dotados de racionalidade, capazes de sobrepor esta razão aos ideais afetivos que contribuía para mantê-las na ignorância. Também em um dos seus artigos para a imprensa, texto que foi reproduzido na introdução de *A evolução do feminismo*, Coelho garante que, no seu tempo, predominava entre o sexo feminino um modo de ver prático e positivo, que não permitia que a mulher "*permanecesse amarrada ao deplorável poste da ignorância*".¹⁰⁰

3.3 Feminismo e civismo

A discussão a respeito do feminismo tem lugar central nos escritos de Coelho, especialmente no seu ensaio. Ela procurou, portanto, mostrar as primeiras estratégias formais dos grupos de mulheres, e seus desenvolvimentos nos mais diversos países. Reconhece que o feminismo tornou-se uma corrente ampliada e fortalecida pela ação das mulheres durante as guerras; na verdade, a guerra é muito enfatizada pela autora, por ter sido um momento crucial para todo o mundo - e mais ainda para as mulheres. Isto porque substituindo os homens nas mais diferentes atividades, que até então eram restritas ao domínio masculino, as mulheres tornaram-se merecedoras de uma retribuição ao seu civismo, adquirindo o direito ao trabalho, à educação e ao voto em diversos países. Os conflitos bélicos na Europa teriam levado, portanto, a um enorme progresso do feminismo, que via por toda parte suas reivindicações sendo concretizadas; mas Coelho percebe que o caminho a ser traçado pelo movimento ainda estava em seu começo, mostrando-se indignada com o fato de que muito ainda tivesse de ser feito para o alcance da igualdade civil e política das mulheres em todos os países.¹⁰¹

⁹⁸ Ibid., p. 36.

⁹⁹ Ibid., p. 32.

¹⁰⁰ COELHO, Mariana. Emancipação da Mulher. **Diário da Tarde**. Curitiba, agosto de 1900, pp. 7-8.

¹⁰¹ COELHO. **A evolução do feminismo**. Op. cit., p. 72.

Segundo Coelho, as mulheres tenderiam a utilizar seus direitos políticos para as causas mais nobres, humanitárias e moralmente engrandecedoras, como afirma no seguinte trecho:

Elas empenham-se pelo melhoramento das operárias, pela sorte da criança, pela extinção da escravidão branca, pela regulamentação da cinematografia, pela melhoria da situação moral e material das libertadas dos cárceres, pela educação sexual, pela assistência a velhos e crianças e, finalmente, aos fracos e desprotegidos – e tendo por principal escopo, no seu vasto programa de saneamento moral e social, a puericultura, a proteção a menores contra os atentados à moral, contra a corrupção, amparo às viúvas, à invalidez; fundam caixas de seguros maternais, seguros e mutualidades de toda a ordem.¹⁰²

Desde este ponto de vista, as lutas feministas são extremamente amplas e pautadas pelo humanitarismo. As mulheres são percebidas como verdadeiros exemplos de virtude, moralidade intrínseca e caráter inabalável que, auxiliando os homens, teriam como objetivo a luta contra os “*grandes surtos morais e sociais que devem transformar o mundo.*”¹⁰³ O voto das mulheres seria, geralmente, mais consciente que o dos homens; neste sentido, elas teriam uma influência moralizadora na política, agindo em prol da diminuição dos males sociais. A mulher, acostumada ao sacrifício e à dedicação, utilizaria seus direitos pelo bem comum.

O feminismo, no entender de Coelho, deve se assentar na igualdade de instrução difundida para ambos os sexos; com uma educação equivalente a dos homens, a nulidade feminina se desfaz, contribuindo para o progresso da humanidade. A “*evolução feminista*”, além da educação, deveria estar pautada também pela compreensão de que a vida moderna impele as mulheres a exercer profissões e, neste sentido, era essencial que elas pudessem se preparar de modo eficaz para sua inserção no mercado de trabalho. Coelho assevera, ainda, que as associações de mulheres foram essenciais para o progresso feminino mundialmente e, juntamente com as escolas e estabelecimentos de ensino superior, possibilitaram à mulher equiparar-se ao homem em diversos espaços.

Segundo o entender dessa feminista, a mulher seria capaz de harmonizar as funções femininas na política e na maternidade, sem esquecer que, se fosse necessário optar, ela deveria cumprir antes de tudo seu papel de mãe. Entretanto, considerando que muitas mulheres não exercem esta função materna, não era justificável a recusa dos governos em concederem direitos políticos às mulheres. Esta interdição do direito de voto não se

¹⁰² Ibid., p. 35.

¹⁰³ Ibid., p. 35.

sustentava, além disso, pelo fato de que as mulheres já haviam alcançado inúmeros postos e profissões e, portanto, não era mais possível opor-se à “*marcha irreprimível da evolução*”.¹⁰⁴

Mariana Coelho trata, na seção intitulada “A mulher na política e na administração”, das conquistas das mulheres em dezenas de países, desde aqueles onde os movimentos feministas se desenvolveram amplamente como Estados Unidos e Inglaterra, até os mais improváveis,¹⁰⁵ onde o alcance das mulheres em posições de destaque merecia ser mencionada. Para o Brasil e para Portugal, dedica uma parte mais substantiva de seu livro, relatando o desenvolvimento do movimento feminista nos dois países, bem como as aquisições das mulheres no campo da política. Continua sua detalhada descrição das realizações femininas na seção “A mulher nas ciências, nas artes e nas letras”, onde discorre a respeito da produção intelectual das mulheres, dando novamente exemplos de inúmeros países, buscando sempre evidenciar as capacidades femininas em todos os ramos de atividades humanas.

O civismo e patriotismo da mulher seriam fatos inegáveis para Coelho, que afirma que em todas as grandes agitações sociais, surge sempre, inconfundível e menosprezada, a figura feminina. Aponta que na Revolução Francesa, momento áureo da história ocidental, e mesmo antes, diversas mulheres clamavam por seus direitos. Contudo, a própria revolução vencedora negou o exercício de atividade cívica pelas mulheres, menosprezando o esforço e a participação femininas nos sacrifícios pelos direitos comuns. A autora lembra, também, o Código Napoleônico, implementado em diversos países durante os séculos XIX e XX; nele, as mulheres foram juridicamente rebaixadas e colocadas como dependentes absolutas dos seus maridos, e seus direitos, mesmo sobre seus filhos e seus próprios bens, lhes foram retirados, ficando elas niveladas aos menores e aos loucos.¹⁰⁶

As mulheres, lutando ao lado dos homens que as mantinham numa absoluta “*escravidão político-social*,”¹⁰⁷ seriam, portanto, merecedoras de direitos equivalentes aos deles. Apesar disso, muitos países ainda se mostravam obstinados em negar tais direitos, sobressaindo uma gritante injustiça: “*os homens aceitam, como um dever do sexo por eles menosprezado, a participação do mesmo nos sacrifícios; mas conseguida a vitória... a*

¹⁰⁴ Ibid., p. 113.

¹⁰⁵ Dentre eles, Jamaica, Costa Rica, Panamá, Islândia, Rússia, Estônia, Turquia, Índia, Birmânia, Palestina, etc.

¹⁰⁶ Ibid., p. 232.

¹⁰⁷ Ibid., p. 210.

compensação é fazer-lhe ver simplesmente que – é mulher! – ou então a eterna chapa: ‘que ainda não está preparada’.”¹⁰⁸

Partindo destas premissas, Coelho traça, na seção “O civismo da mulher na guerra”, uma história da participação das mulheres como guerreiras em inúmeras batalhas, desde a Antiguidade até seus dias, afirmando que elas sempre deram lições de patriotismo aos soldados do sexo masculino. Desta forma, Coelho enfatiza a idéia de que a mulher, por desempenhar funções maternas, não está orgânica e mentalmente inapta para representar um papel nos conflitos e guerras, sendo totalmente capaz de participar na frente de batalha, se fosse necessário.

Frente à participação das mulheres durante as duas guerras mundiais do começo do século XX, onde elas demonstraram grande patriotismo e capacidade para o desempenho de todas as profissões anteriormente exclusivas aos homens, a aquisição de direitos iguais seria uma retribuição justa e plausível. As mulheres evidenciaram, portanto, que sua coragem e civismo nas grandes transformações sociais era imprescindível e que sua posição subalterna não poderia mais ser sustentada. Ao mesmo tempo, entrando na política, as mulheres fariam esforços para afastar os motivos que levam ao desencadeamento das guerras, procurando sempre a paz e a harmonia entre os povos.

Segundo Coelho, através da causa feminista, que havia se espalhado por todos os países “civilizados”, tornou-se possível compreender que a sociedade está dividida em duas classes: a segunda, que ainda não entendeu o que significa uma completa educação das mulheres, e que não admite que a mulher ocupe um lugar superior ao que lhe proporcionava a educação de antes; e a primeira, parte requintada e superior da civilização, onde estão os espíritos cultos, que percebem o valor das lutas feministas. Nas palavras de Coelho:

Se uma mulher se destaca um pouco do vulgar, dando a sua inteligência um cultivo mais elevado; se tem o arrojo de iniciar-se nos atraentes segredos da Arte, manifestando em qualquer assunto desta, a sua organização artística, quando aparece em público é ainda, para a segunda classe a que me refiro, motivo de sorrisos alvamente inteligentes, de frases mais ou menos suturadas de ridículo – acontecendo muitas vezes que quando ela atravessa uma rua, atrai a curiosidade de espectadores meio impagáveis, meio trocistas, como se fora... um urso!¹⁰⁹

Para os antifeministas, portanto, a missão da mulher no lar não condiz com uma vida pública; intransigentes com aquilo que vá de encontro a sua superioridade, eles realizam todos

¹⁰⁸ Ibid., pp. 254-255.

¹⁰⁹ COELHO. Emancipação da mulher. **A colméia**. Op. cit., p. 3. A ortografia deste trecho foi atualizada..

os esforços para que a mulher continue “*vegetando mergulhada no seu tradicional obscurantismo.*”¹¹⁰ Os antagonistas, na realidade, tem um profundo receio de concorrência na vida pública, por isto insistem em limitar as possibilidades das mulheres às funções de mãe e esposa. Os homens de superior raciocínio, todavia, concordam e acham justas as aspirações femininas, convictos de que a admissão das mulheres no mundo público traria resultados salutareos.

Resumidamente, pode-se afirmar que a preocupação do feminismo, segundo a interpretação de Coelho, não seria simplesmente a aquisição de direitos por parte das mulheres, mas uma inserção feminina na esfera pública como solução para os problemas sociais. As mazelas da sociedade de seu tempo seriam tratadas com maior zelo pela alma nobre da mulher, que seria também capaz de exercer o voto com mais responsabilidade do que a maioria dos homens, contribuindo assim para o aperfeiçoamento moral e social de toda a humanidade.

3.4 Educação e trabalho das mulheres

Procurando discorrer sobre a própria raiz da subordinação feminina, Mariana Coelho encontra a resposta para suas questões na constatação de que a posição desvalorizada da mulher é resultado dos preconceitos e costumes mantidos pelos homens. O medo da concorrência feminina nos empregos e profissões, bem como da falência do autoritarismo masculino estariam, portanto, alicerçando a dominação sobre as mulheres.

Na opinião de Coelho, a divisão do trabalho, relegando à mulher os serviços menos prestigiados, juntamente com a subordinação da mulher em todos os códigos religiosos, civis e políticos, permitiram sua opressão e subjugação desde os tempos mais remotos. Ela chega mesmo a afirmar que o matriarcado reinaria nos povos ditos selvagens, onde os parentes são considerados apenas pelo lado materno; isto parece apontar para um pessimismo frente à civilização, que inferioriza e enfraquece a mulher sem nenhum princípio legítimo que justifique tal atitude.

A divisão do trabalho, para Coelho, foi responsável pela criação de um tipo especial, próximo da criança, que é a mulher; simultaneamente, tal divisão contribuiu para a escassez e a baixa qualidade da educação destinada às mulheres, que submeteu e infantilizou o sexo

¹¹⁰ COELHO. *A evolução do feminismo*. Op. cit., p. 185.

feminino. A autora demonstra, portanto, a profunda convicção de que a inferioridade social e, também, morfológica é consequência desta divisão do trabalho, que estabeleceu como obrigação feminina as atividades de mãe e dona-de-casa. Sem dúvida, esta é uma idéia bastante revolucionária para seu tempo, antecipando muitas das posteriores afirmações sobre o caráter essencialmente social da inferioridade feminina.

Segundo as idéias de Coelho, a verdadeira e principal emancipação feminina é aquela que se refere ao trabalho, único garantidor da independência e felicidade das mulheres. Com a certeza de que as capacidades intelectuais e profissionais delas são equivalentes a de seus parceiros do sexo masculino, a autora reivindica a igualdade dos salários recebidos por ambos, já que por tanto tempo as mulheres foram sufocadas pela “*prepotência masculina da tradição*”.¹¹¹ O futuro da própria mulher e de seus filhos somente pode ser garantido pela profissão por ela adquirida, especialmente nos casos de viuvez ou de não poder contar com o marido financeiramente. Uma profissão também tem a função de salvar as moças da prostituição e de outros empregos que as desprestigiem, quando se encontram em situações econômicas difíceis, sendo, portanto, totalmente justificável a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

A educação, além de preparar as mulheres para o exercício de profissões, contribuía também para o próprio movimento evolutivo, pois o progresso exigia que elas atingissem um paralelo com o espírito do homem. Coelho demonstra, desta maneira, que os valores elevados são aqueles que se ligam ao elemento masculino, tal como a razão, o conhecimento e a ciência, valores estes que deviam ser buscados pelas mulheres que quisessem acompanhar a evolução. Nega, portanto, qualquer importância aos valores tradicionalmente tidos como femininos, compreendendo os papéis atribuídos às mulheres como puramente restritivos e opressores; de forma contraditória, ela glorifica a suposta superioridade moral da mulher, que graças as suas características maternais, teria maior propensão a se envolver em questões urgentes no mundo ocidental, que careciam de uma considerável dose de altruísmo e generosidade.

Sempre houve, na opinião de Coelho, qualificadas representantes nos principais ramos do saber humano; as mulheres poderiam, cada vez com maior frequência, ser vistas concorrendo com os homens nas profissões liberais e nas artes, sobretudo em literatura.¹¹² A autora busca provar, portanto, que as mulheres participaram em toda espécie de atividade e

¹¹¹ Ibid., p. 47.

¹¹² Ibid., p. 284.

que foram tão bem-sucedidas em seus empreendimentos quanto os homens; Coelho registra, pois, mulheres que exerceram profissões as mais variadas, indo desde educadoras a exploradoras, passando por médicas, advogadas, engenheiras, pintoras, escultoras, musicistas, dançarinas, arquitetas, escritoras, poetisas, aviadoras, cientistas, filósofas, profissionais do comércio e da economia, funcionárias administrativas, esportistas, etc.

A despeito da gama de injúrias que tem sido lançada contra as mulheres pelos homens de todos os tempos, Coelho prova que elas conseguiram superar os limites impostos ao sexo feminino, e sobrepujar a inferiorização a que eram submetidas. As mulheres demonstraram, assim, que suas capacidades eram equivalentes as dos homens, e que a igualdade não poderia mais ser negada a elas.

3.5 As instituições e a mulher – ciência, arte, literatura, imprensa, religião

Embora muitos intelectuais do sexo masculino confessem a superioridade intelectual ou moral das mulheres, elas foram, durante longo tempo, restringidas a seus papéis domésticos, e qualquer tentativa de demonstrar suas aptidões intelectuais era veementemente derrubada. As restrições foram inúmeras para as mulheres que, indo de encontro ao modelo tradicional de feminilidade, ousaram subverter as regras do jogo social e provar que possuíam capacidades de produzir coisas tão interessantes quanto os homens.

Na seção intitulada “A mulher nas ciências, nas artes e nas letras”, Mariana Coelho discorre longamente sobre a participação das mulheres nestes âmbitos, dando uma especial ênfase à literatura feminina. Mais uma vez a autora retoma o tema da educação feminina, criticando os pensadores que acreditavam num temperamento irritável e nervoso das mulheres, que as tornaria incapazes de exercer qualquer tipo de atividade intelectual, inclusive o magistério. À afirmação de que as obras científicas e artísticas das mulheres seriam de menor qualidade, Coelho rebate dizendo que o atraso intelectual feminino se devia a falta de instrução que os homens sempre delegaram às mulheres.

As mulheres escritoras, nas palavras de Coelho, têm feito suas contribuições morais e intelectuais a “*serviço das mais nobres causas*”,¹¹³ defendendo com firmeza de convicções todos os ideais modernos e lutando pelo fim dos maiores problemas sociais que afligiam suas respectivas pátrias. Inclusive no Brasil, seria possível apreender a obtenção de um importante

¹¹³ Ibid., p. 331.

espaço para o “sexo frágil”, conquistado através da cultura e da intelectualidade de algumas mulheres.

Coelho afirma, deste modo, que é notável o número de escritoras brasileiras ativas em seu tempo, demonstrando assim o notável “*surto espiritual da mulher brasileira*”.¹¹⁴ Mesmo no Paraná, conquanto o feminismo fosse ainda incipiente, a autora conta que, em seu tempo, as mulheres já eram admitidas em espaços como a Universidade. Pois como Coelho nos diz, “*as mulheres da atualidade, na sua coragem audaciosa, na sua indômita ânsia de saber – com que vão vencendo os difíceis degraus do elevado templo da ciência, prometem a sua ascensão até a respectiva igualdade com os homens*”.¹¹⁵

Coelho afirma que os exemplos que procurou apresentar no desenrolar de seu livro, ainda que possam parecer escassos, provam que não falta capacidade intelectual nas mulheres. Os nomes femininos arrolados em seu ensaio não representam, na sua opinião, nem um terço dos que mereciam lá estar, em vista do brilho e da inteligência de inúmeras mulheres.¹¹⁶

A imprensa foi também uma área de crucial importância para a emancipação feminina, pois através dela muitas jornalistas destacaram-se e participaram intensamente dos principais debates de seu tempo. Coelho critica, neste trecho, a inferioridade dos salários femininos em relação aos masculinos, ainda que ambos desempenhem as mesmas funções pelo mesmo número de horas, dando tristes exemplos do próprio mundo da imprensa. Além da participação nos jornais de grande circulação, as mulheres também se empenharam na publicação de periódicos, com intenções bastante variadas, que vão desde a luta por direitos políticos até tudo que possa dizer respeito à feminilidade – higiene, infância, modas, família, culinária, floricultura, etc.

Na seção intitulada “A mulher na religião”, Coelho procura discorrer sobre a posição do sexo feminino nas mais diferentes religiões, afirmando que a legitimação da subordinação da mulher estava intimamente ligada às concepções religiosas a respeito do papel que elas deviam desempenhar. Neste sentido, enquanto a igualdade entre os sexos esteve presente em religiões antigas, tais como a hindu, a védica e a bramânica, a Igreja Católica teria contribuído em muito para o rebaixamento da posição social da mulher nas sociedades de seu tempo. Em seu início, o catolicismo não teria um caráter misógino, mas o dogmatismo romano teria sido

¹¹⁴ Ibid., p. 335.

¹¹⁵ Ibid., p. 343.

¹¹⁶ Ibid., pp. 344-345.

responsável pela deturpação do Cristianismo, fazendo com que a mulher perdesse toda sua importância dentro desta religião.

A Igreja Católica é, para Coelho, aquela que mais tem humilhado o sexo feminino, demonstrando um verdadeiro ódio e uma forte repugnância para com as mulheres, embora existam religiosos que proclamem a igualdade dos sexos. É interessante perceber que, no próprio Catolicismo, existe o culto da Virgem Maria, onde uma mulher é consagrada ao lado de Jesus Cristo, o que evidencia o caráter ambíguo de sua concepção de feminilidade.¹¹⁷

A autora afirma, portanto, que “*o feminismo não tem, como é natural, uma determinada religião*”; assim sendo, Mariana Coelho, afirma ela própria ser partidária do ecletismo de religiões. Coelho lembra, ainda, que foi na Bíblia que Napoleão se inspirou, em parte, para a elaboração do seu Código Civil, que reduz as mulheres a uma posição inferiorizada e infantilizada. As religiões modernas seriam, portanto, um esteio da dominação masculina que, ao construir uma imagem da mulher ora como santa e pura, ora como degradada e dissoluta, contribuía para a desvinculação da mulher real com as imagens produzidas a seu respeito.

3.6 As manifestações do amor e as mulheres

A sétima parte do livro de Mariana Coelho é, possivelmente, a mais interessante, discorrendo sobre essa “*face preponderante da existência da mulher*” que é o amor, seja dedicado a seu marido, a sua família ou a sua pátria. Coelho demonstra certo cuidado ao falar do amor que, embora seja um tema estranho ao caráter feminista de seu ensaio, mostra-se essencial quando se procura apreender a alma feminina. Buscando levantar a questão do amor e das mulheres, Coelho cita diversos pensadores de grande destaque, no intento de confirmar a superioridade do amor feminino.

Muitos seres humanos experientes, nos diz a autora, afirmam que o casamento mata o amor, sentimento este que é, todavia, mais durável e mais intenso entre as mulheres.¹¹⁸ Parte desta afirmação faz de Coelho, novamente, uma pensadora extremamente avançada, já que, provavelmente, era incomum a uma mulher de seu tempo apoiar a idéia de que o casamento não seria o caminho para a felicidade feminina.

¹¹⁷ Ibid., p. 59.

¹¹⁸ Ibid., p. 357.

De fato, Mariana Coelho vê o amor como um problema para a vitória do feminismo. A maneira por que alguns resolvem esta questão é o amor livre, mas Coelho diz que, ainda que seja importante conceder maior liberdade às mulheres, elas não deveriam jamais possuí-la completamente em tal sentido. A autora coloca-se, portanto, como opositora do amor livre e da liberdade sexual, o que pode ser compreendido como um tabu de seu tempo que ela não conseguiu transpor – e que só seria transposto mais de trinta anos depois da publicação de seu ensaio.¹¹⁹

Para Coelho, a mulher é a “*eterna mártir do amor*”,¹²⁰ ainda que, cada vez mais, ela se mostre mais prática que sentimental, em conseqüência da influência crescente do feminismo. Neste trecho, como em outros momentos, a autora parece se contradizer nas suas afirmações, quando diz que o espírito, principalmente o feminino, necessita de um fetiche para adorar; ou seja, para se sentir verdadeiramente satisfeita e feliz, a mulher deve amar um ser superior a si própria. “*Todo o espírito precisa de um objeto, em suma, que lhe dê razão a um culto: para uns – a pátria; para outros – Deus ou um ídolo qualquer, e para a mulher... o objeto de seu amor.*”¹²¹

De todo modo, Mariana Coelho continua apoiando a idéia de igualdade entre os gêneros, asseverando que isto não deixaria apenas a mulher completa, mas também o homem, pela ajuda que sua companheira poderia lhe prestar em todos os sentidos. Suas idéias aparentemente contraditórias relativas ao amor e à igualdade, tornam-se menos nebulosas quando ela afirma que, com o progresso feminino, não muda o coração da mulher – ainda que este seja fortalecido - mas somente seu espírito, à medida que se rompem os elos que a mantinham presa à ignorância e à inferioridade.¹²² Porém, ela assevera também que igualdade de direitos não significa que as mulheres devam ter as mesmas liberdades no amor; antes de isso ser almejado, é necessário uma educação apropriada para ambos os sexos, que os ensinem a usufruir as liberdades modernas.

De um modo geral, Coelho crê que as mulheres tendem a colocar o amor sexual prioritariamente em relação à família e à pátria, embora existam algumas exceções. Um exemplo de tal exceção seria o civismo constantemente mencionado por Coelho, que faz com que a mulher auxilie a sociedade, embora continue sendo alvo de profundas injustiças.

¹¹⁹ Ibid., pp. 360-361.

¹²⁰ Ibid., p. 361.

¹²¹ Ibid., p. 362.

¹²² Ibid., p. 363.

Coelho defende com veemência o feminismo, criticando aqueles que vêm neste movimento um passo em direção ao amor livre, de onde a mulher poderia cair na prostituição; para ela, a prostituição é um tipo de degradação feminina onde o responsável direto é o absolutismo paterno. Nas palavras de Coelho, as mulheres que se prostituem são vistas, principalmente pela imprensa, como

(...) um asqueroso cancro social e como lastimáveis exemplares transgressores dos bons costumes; mas a imprensa não faz a mínima alusão aos homens, que vivem no seio dessa sociedade reclamante, fruindo todas as deferências honrosas – sendo eles, sempre, indubitavelmente, a causa primordial dessa chaga eterna e incurável.¹²³

Os homens acusam, pois, as mulheres de degradadas e imorais, sem se dar conta de que são os verdadeiros responsáveis por tais atitudes; parece claro para Coelho que a mulher, sentindo-se inferior por apenas possuir deveres, ao passo que o homem tem todas as regalias, por certo há de enganar e mentir – resultado lógico em face das leis que discriminam o sexo feminino.

O casamento, na opinião de Coelho, deve se realizar somente por amor, como forma de sanear moralmente a sociedade. Em regra, quando não unido a sua esposa por amor, o marido tende a ser sempre autoritário; de fato, a idéia napoleônica de obediência ao marido permanece muito arraigada aos olhos de Coelho, embasada em leis que retiram toda e qualquer independência e individualidade femininas. A autora procura, também, frisar a lastimável desigualdade das penas do adultério, que provam mais uma vez o profundo preconceito sofrido pelas mulheres.

Em poucas palavras, o que Coelho acredita com relação à questão do amor é que “*a mulher amante - quer como filha, irmã, esposa ou mãe, atravessa todas estas fases de sua existência com a mesma sublime faculdade psíquica, pois que é natural nela a imperiosa necessidade de amar.*”¹²⁴

Mariana Coelho mostra-se, contudo, esperançosa, afirmando que as regalias que os homens têm usufruído sozinhos através dos tempos vinham sendo, ainda que de forma gradual, compartilhadas com as mulheres. Tudo isto parece ser resultado das reformas introduzidas nos Códigos civis e jurídicos, que foram, por sua vez, impelidos pela energia

¹²³ Ibid., p. 365.

¹²⁴ Ibid., p. 372.

renovadora do feminismo.¹²⁵ Este movimento seria, pois, para Coelho, um grande motor de transformações sociais, e imprescindível para a transformação da situação da mulher.

A questão do divórcio é, também, controversa no ensaio de Coelho. Primeiramente, ela coloca-se a favor, afirmando que o casamento indissolúvel tende a cair, como conseqüência da “inevitável” evolução da sociedade; a transformação desta instituição se daria na medida em que avançariam os progressos sociais e científicos. Todavia, Coelho afirma logo em seguida que a rapidez e facilidade do divórcio, como é o caso nos Estados Unidos, constitui um verdadeiro escândalo, que pode mesmo acarretar numa série de conseqüências funestas.¹²⁶ Uma prova, contudo, da instabilidade do casamento indissolúvel é, para Coelho, o fato de que muitas pessoas, de ambos os sexos – mas principalmente do masculino - têm escolhido a vida de solteiros. Para a autora, portanto, uma lei “escrupulosa” do divórcio, que não permitisse o abuso de nenhuma das partes, deveria ser posta em prática, já que uma única ação irrefletida poderia acarretar numa vida inteira de infelicidade.

Como já foi mencionado, a autora considera a dedicação feminina em muito superior à masculina; seja no amor fraterno, no amor conjugal e, principalmente, no amor maternal, a mulher prova a elevação de seu amor, que é o mais sublime e o mais abnegado. Também o amor ao próximo e os sentimentos humanitários demonstram a ternura “natural” das mulheres, que as impulsiona a praticar o bem pela humanidade. Coelho afirma, pois, que “*o sexo masculino tem de reconhecer que estas manifestações de bondade e humanitarismo são inatas na alma feminina*”;¹²⁷ ou seja, mais uma vez a autora reafirma sua concepção de uma “natureza feminina”, onde se manifestam os sentimentos mais nobres da abnegação, da humildade, da benevolência, da caridade, do altruísmo.

A despeito das contradições que podem ser percebidas, é neste trecho do livro que Coelho mostra a face mais radical de seu pensamento, principalmente quando evidencia sua compreensão muito avançada a respeito do casamento e do divórcio. Ela própria, que se absteve de casar, era um exemplo de uma mulher que se colocava contra as regras sociais que impunham ao sexo feminino um destino único: o casamento e a maternidade. Ela pôde, desta forma, dedicar-se totalmente a sua profissão, tendo uma vida muito ativa nos campos da educação, da literatura e da imprensa. Coelho foi, portanto, uma transgressora em inúmeras esferas da vida pública, esforçando-se sempre para afirmar seu potencial dentro de instituições

¹²⁵ Ibid., p. 375.

¹²⁶ Ibid., pp. 376-377.

¹²⁷ Ibid., p. 387.

que ainda se recusavam a aceitar as mulheres enquanto seres dotados de inteligência e racionalidade.

Analisando as obras de Mariana Coelho, podemos compreender sua inserção inegável dentro do ideário que perpassava o discurso intelectual no período, bem como dentro do pensamento feminista brasileiro do começo do século XX. De fato, encontramos em Coelho muitas das preocupações da intelectualidade brasileira, concernentes à construção da identidade nacional e ao progresso do país. Coelho utiliza, portanto, o discurso nacionalista para construir suas reivindicações, pautando-se pelas noções de progresso e evolução – tal qual o fizeram a maior parte das feministas brasileiras.

As representantes do pensamento feminista brasileiro, incluindo Mariana Coelho, centraram muitas de suas lutas em questões extremamente amplas, estendendo suas preocupações para todos os problemas sociais, desde os direitos das trabalhadoras até a paz mundial, passando pelos cuidados com os necessitados - crianças, idosos e pobres -, sem falar das questões de cunho moral, como a prostituição, o tráfico de mulheres e, mesmo, a corrupção no campo da política. Desta maneira, Coelho e as demais feministas concebiam a natureza feminina como moralmente superior, o que fazia das mulheres seres repletos de sentimentos como o altruísmo, a bondade, a generosidade e o cuidado com os necessitados. Sem dúvida, esta é uma maneira extremamente idealizada de conceber a feminilidade, e todas as feministas, bem como os pensadores brasileiros de uma maneira geral, acreditavam firmemente nisto, vendo nas mulheres o último esteio para a salvação da humanidade.

CONCLUSÃO

Podemos afirmar que Mariana Coelho foi, ao mesmo tempo, uma figura excepcional e comum. Excepcional no sentido do seu engajamento político extremamente lúcido e ativo, o que a motivou a escrever um livro de tamanha importância na história do feminismo brasileiro tal qual *A evolução do feminismo*. Comum no que diz respeito às idéias compartilhadas por esta pensadora, ainda pautadas por um tipo de pensamento que reduzia as capacidades das mulheres enquanto seres humanos. Contudo, assim era o pensamento feminista brasileiro do começo do século XX, e obviamente Mariana Coelho não fugia a regra.

Coelho, assim como outras mulheres do seu tempo, era uma incansável defensora dos direitos das mulheres, e sua luta não se arrefeceu durante toda sua longa vida. Acreditava que somente através da educação as mulheres poderiam se elevar socialmente e, se assim o desejassem, dedicarem-se a uma profissão que lhes trouxesse independência financeira e realização pessoal. Apesar de suas idéias serem bastante progressistas para seu tempo, esta escritora não conseguiu fugir de muitos dos estereótipos sobre o feminino, sobretudo no que diz respeito à maternidade; afirmava, portanto, que a aquisição de direitos não impediria as mulheres de exercer os papéis que lhes eram devidos, nem as livraria de sua missão primordial no lar. Coelho revela, ainda, uma idealização do feminino, afirmando que as mulheres, por seus atributos maternos, seriam mais dadas ao altruísmo, à bondade e à generosidade.

Mariana Coelho, creditando no século XX a esperança de que haveria uma ruptura com a ignorância e a violência dos tempos idos, mostrava sua profunda confiança na potencialidade dos seres humanos para, através do uso da razão, aperfeiçoar as sociedades e a si mesmos. Neste sentido, a elevação do status social da mulher era central para o progresso e a evolução social, e as mulheres deveriam também se preparar intelectualmente para acompanhar tais movimentos históricos.

O que distingue escritoras como Mariana Coelho é, como nos diz Kamita, o fato de exporem uma profunda capacidade crítica e – o que é ainda mais importante – de perceberem que não bastava escrever, mas era também essencial ter consciência do que representava ser uma escritora naquele tempo.¹²⁸ Sendo assim, sua luta se deu essencialmente através da escrita, escrita esta que tinha propósitos políticos bem definidos.

¹²⁸ KAMITA. Op. cit., p. 163.

Seguindo este raciocínio, ela compreendia também que “*o feminismo é a reação tanto mais impetuosa quando a ação foi despótica, absurda e obstinada*”,¹²⁹ ou seja, qualquer ação para a elevação do status das mulheres era extremamente válida. Mariana Coelho foi, portanto, uma feminista exemplar, lúcida, enérgica, atuante, pronta para transpor quaisquer obstáculos que a impedissem de alcançar seus objetivos. Na realidade, ela era o próprio urso do seu texto em “A colméia”,¹³⁰ figura estranha num mundo ainda tão patriarcal, suscitando olhares, questionamentos e oposições.

Acompanhando o movimento feminista mundial de perto, Coelho repassava suas conquistas para os grupos letrados de Curitiba, sempre no intuito de promover os debates que auxiliariam na “evolução” do feminismo e na emancipação das mulheres. Com seu livro *A evolução do feminismo*, a autora transmite a idéia de um movimento feminista mundial, que teria como objetivo principal a transformação da tradicional subordinação feminina. Mesmo estando muito distante dos centros intelectuais do mundo, Coelho não se calou e proclamou em voz alta sua indignação com as normas sociais, mostrando que, apesar das restrições, já havia um certo espaço para as falas inferiorizadas lançarem suas críticas.

A despeito daquilo que podemos, enquanto feministas do século XXI, considerar “defeitos” ou “qualidades” do pensamento de Coelho, o que de fato é mais importante no estudo de sua obra é o esforço de colocar esta figura em seu devido lugar na história. Neste sentido, este trabalho teve como principal objetivo contribuir para o alargamento da compreensão de um determinado passado, onde as mulheres apareçam como atores ou, no caso, atrizes de suas respectivas realidades sociais.

¹²⁹ Ibid., pp. 31-32.

¹³⁰ COELHO. Emancipação da mulher. *A colméia*. Op. cit., pp. 2-3. Trecho citado no capítulo 3 deste trabalho; ver nota 112.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980.
- _____ & PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo?** São Paulo: Ed. Abril Cultural/Brasiliense, 1985.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Fatos e Mitos (Vol. 1). São Paulo: Ed. Círculo do Livro, s/d.
- BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**: Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: EDUSP, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. **Formação das almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. IN: **Revista Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, set./dez. 2003.
- DUARTE, Constância L. O cânone literário e a escrita feminina. IN: AGUIAR, Neuma (org.). **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1997.
- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. **Vidas de Romance**. As mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos – 1890-1930. Rio de Janeiro, Ed. Top Books, 2005.
- FRANCHETTO, B., CAVALCANTI, M. L., HEILBORN, M.L. Antropologia e feminismo. IN: FRANCHETTO, B., CAVALCANTI, M. L., HEILBORN, M.L. (orgs.). **Perspectivas antropológicas da mulher** (Volume 1). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- HAHNER, June E. **A mulher brasileira**: suas lutas sociais e políticas. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
- KAMITA, Rosana Cássia. **Resgates e ressonâncias**: Mariana Coelho. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2005.
- LEITE, Márcia M^a da Silva Barreiros. **Entre a tinta e o papel**. Memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920). Salvador: Quarteto Editora, 2005.
- LINO, Sonia Cristina da Fonseca M. **As idéias feministas no Brasil** (1918-1932). Dissertação de Mestrado, UFPR, 1986.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. IN: **Cadernos Pagu**. Trajetórias do gênero, masculinidades... . Campinas, n° 11, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1998.
- MUZART, Zahidé L. & BRANDÃO, Izabel (orgs). **Refazendo nós**. Ensaio sobre mulher e literatura. Ed. Mulheres, 2003.

NICOLAS, Maria. **Vultos Paranaenses** (Volume 4). Curitiba, 1966.

_____. **Pioneiras do Brasil**: Estado do Paraná (Volume 1). Curitiba, 1977.

NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1995.

OLIVEIRA, Lucia L. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Em que ponto está a História das Mulheres na França? IN: **Revista Brasileira de História**. Espaço Plural. São Paulo, vol. 14, nº 28, 1994.

PERROT, Michelle & DUBY, Georges (orgs.). **As Mulheres e a História**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

RONCAGLIO, Cynthia. **Pedidos e recusas**: mulheres, espaço público e cidadania (Curitiba, 1890-1934). Dissertação de Mestrado, UFPR, 1994.

SAFFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. IN: **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, UFRS, 16(2), jul/dez. 1990.

_____. História das Mulheres. IN: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**: Novas Perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

SILVA, Cleusa Gomes da. **Modernizando o casamento**: A leitura do casamento no discurso médico e na escrita literária feminina no Brasil (1900-1940). Dissertação de mestrado, UNICAMP, 2001.

SILVESTRIN, Monia. **Do bom uso da palavra**: o intelectual na obra de Mariana Coelho. Monografia de conclusão de curso, UFPR, 2000.

SOHIET, Rachel. História, mulheres e gênero: contribuições para um debate. IN: AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas**. Desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1997.

THÉBAUD, Françoise (dir.). **História das Mulheres**. O Século XX (Volume 5). Porto: Edições Afrontamento, s/d.

TRINDADE, Etelvina M^a de C. **Clotildes ou Marias**: mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

VELLOSO, Mônica P. Os intelectuais e a política do Estado Novo. IN: **Revista de Sociologia e Política**. UFPR, nº 9, 1997.